

Quem disse ?

«Há pessoas que estão pela “terceira via” e alguns até pela quarta. Não são de todo socialistas. Mas esses, os da “terceira via”, é que deveriam assumir-se como alternativa.»

Manuel Alegre
Semanário, 15 de janeiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1003 21 JANEIRO 1999 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



A questão das eleições legislativas

Ou Guterres ou a instabilidade em Portugal

O líder da Federação da Área Urbana do PS (FAUL), Jorge Coelho, participou terça-feira, à noite, no aniversário do primeiro ano da tomada de posse do presidente da Câmara Municipal da Amadora, Joaquim Raposo. O jantar decorreu no pavilhão da Associação Académica da Amadora e juntou cerca de oito centenas de militantes e simpaticizantes socialistas, bem como muitos deputados do PS eleitos pelo círculo de Lisboa.

Ao usar da palavra, Jorge Coelho começou por saudar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo autarca socialista no concelho da Amadora, sendo claro em apontar a grande viragem registada na gestão face ao passado da CDU neste município, em que a lógica era o «quanto pior melhor».

Mas as principais críticas do ministro e presidente do PS/Lisboa, dirigiram-se a Marcelo Rebelo de Sousa e a Paulo Portas. «Alguém acredita que o país teria futuro com essas duas personalidades à frente do país», perguntou Jorge Coelho. Se a AD alguma vez conseguisse chegar ao Governo de Portugal, Jorge Coelho disse não ter dúvidas que o «desenvolvimento começaria a ser negativo, haveria instabilidade política e abundaria a pequena intriga para ver quem se iria tramar no dia seguinte».

Pelo contrário, o Governo socialista, nos últimos três anos, «deu provas de conseguir fazer baixar o desemprego, a inflação e as taxas de juro».

Como salientou o presidente do PS/Lisboa, os socialistas no Governo «têm uma linha de rumo» e possuem como secretário-geral do partido «um homem honesto, competente, que põe os interesses do país à frente dos seus interesses pessoais».



O camarada António Guterres foi reeleito no domingo para o cargo de secretário-geral do Partido Socialista, obtendo 96,65 por cento dos votos na consulta efectuada aos militantes no partido.

Na votação, de acordo com a Comissão Organizadora do XI Congresso Nacional do PS, participaram 64,5 por cento dos militantes e apenas 1,62 por cento exprimi um não à recondução de António Guterres como secretário-geral do partido. Ainda quanto aos resultados das eleições internas do PS, de referir que se registaram 1,3 por cento de votos brancos e 0,43 por cento de votos nulos.

Política

Elisa Ferreira garante Maior qualidade ambiental para as freguesias de Souselas e Maceira



Elisa Ferreira, garantiu, no Parlamento, que o Governo reintroduzirá qualidade de vida nas comunidades de Maceira e de Souselas, reparando os danos causados ao longo de décadas pela actividade de algumas empresas. Perante os deputados, explicou ainda a razão pela qual o Executivo optou por escolher o método da co-incineração no tratamento de resíduos sólidos.

Política

Greve «self-service» ilegal PGR deu razão ao Governo



O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR) considerou ilegal a greve «self-service» decretada pelo Sindicato Independente dos Médicos (SIM), dando assim total razão à actuação prudente mas eficaz do Governo. Contribuindo para a solução de uma greve que durava há mais de três meses, o Presidente da República também fez um apelo aos dirigentes do SIM no sentido de suspenderem uma forma de luta considerada «indigna» pela esmagadora maioria da opinião pública.



Guterres reeleito

Os militantes socialistas reelegeram no final da passada semana, por esmagadora maioria, o camarada António Guterres para o cargo de secretário-geral do Partido Socialista. O resultado obtido demonstra claramente que, após quase quatro anos de governação, António Guterres continua a deter uma elevada quota de popularidade quer entre a família socialista, quer entre a população em geral. A reeleição do primeiro subscritor da moção - «A nossa via - uma relação de confiança com os portugueses» -, que irá ser debatida no congresso de Fevereiro perante mais de três mil delegados, permitirá a definição de uma estratégia política e social, que abrangerá toda a sociedade, na busca de uma vitória clara e inequívoca nas próximas eleições europeias e legislativas. Portugal vive actualmente momentos de estabilidade e de desenvolvimento económico com uma tendência crescente para a descida dos índices de desemprego, da inflação e das taxas de juros. Esta situação resultante de uma conjuntura política e económica que o Governo tem sabido gerir com mestria prevendo e preparando o País para os desafios do futuro, precisa de encontrar nos diferentes intervenientes políticos e sociais da nossa sociedade um apoio e uma vontade crescente de construir um Portugal cada vez melhor. Ora, uma oposição que a cada momento agita fantasmas, navega na baixa política e na mais pura demagogia, apostando na política do quanto pior-melhor, sem promover o debate sério e objectivo na busca de soluções credíveis, não está em condições para se perfilar como alternativa ao actual executivo socialista liderado por António Guterres. Nestas circunstâncias, a realização do próximo congresso socialista assume um papel de extraordinária importância política como ponto de partida para a definição de estratégias que levarão o Partido Socialista e os portugueses a enfrentar o próximo milénio com optimismo e confiança.

UM «SIM» ESMAGADOR A GUTERRES

O camarada António Guterres foi reeleito no domingo para o cargo de secretário-geral do Partido Socialista, obtendo 96,65 por cento dos votos na consulta efectuada aos militantes no partido.

Na votação, de acordo com a Comissão Organizadora do XI Congresso Nacional do PS, participaram 64,5 por cento dos militantes e apenas 1,62 por cento exprimiu um não à recondução de António Guterres como secretário-geral do partido. Ainda quanto aos resultados das eleições internas do PS, de referir que se registaram 1,3 por cento de votos brancos e 0,43 por cento de votos nulos.

Os militantes do PS iniciaram quinta-feira o processo de escolha do secretário-geral do partido, através de voto directo. Entre quinta-feira e sábado, o processo eleitoral envolveu cerca de 106 mil militantes e perto de 800 secções de voto estiveram abertas

por um período mínimo de quatro horas. O XI Congresso Nacional do PS, que decorre nos dias 6 e 7 de Fevereiro, em Lisboa, reunirá cerca de três mil delegados, 500 dos quais por inerência de funções. A reunião magna de Fevereiro marca o regresso dos socialistas à figura dos congressos, depois de um interregno em que se realizaram duas convenções. O último congresso do PS decorreu em 1992 e ficou marcado pela chegada de António Guterres à liderança do partido.

Ainda quanto ao XI Congresso Nacional do PS, o prazo para entrega de moções sectoriais termina sábado, tendo já terminado no dia 31 de Janeiro o prazo para a entrega de moções de estratégia globais. Até ao final deste prazo, entrou a moção de estratégia global cujo primeiro subscritor é António Guterres — «A nossa via - uma relação de confiança com os portugueses».

SEMANA



URGE DAR AOS TRABALHADORES CADA VEZ MAIS VOZ NO PS

«FRS rejeita o programa do Governo AD», titulava o «Acção Socialista» na sua primeira página de 22 de Janeiro de 1981.

O órgão oficial do PS publicava o texto da moção de rejeição e resumos das intervenções na AR dos deputados socialistas salgado Zenha, Almeida Santos e António Arnaut.

Nas páginas centrais do jornal de todos os socialistas, podia ler-se uma entrevista com a camarada Margarida Marques, recém eleita secretária-geral da JS, que sublinhava que a vitória da sua lista no Congresso de Vila do Conde não era a vitória de qualquer das correntes do partido.

Destaque ainda nesta edição para a notícia de uma homenagem promovida por um grupo de destacados militantes a Manuel Tito de Morais, referência moral de todos os socialistas e grande figura da resistência antifascista e anticolonialista, cuja vida de militância e luta exemplares pela liberdade e pelo socialismo se confunde com a própria história do PS, de que é um dos fundadores.

Era ainda notícia um jantar de Mário Soares com cerca de 600 socialistas do Sítese, no Mercado do Povo, em Lisboa. Na ocasião, Mário Soares afirmou: «É preciso que os trabalhadores socialistas tenham cada vez mais voz no partido.»

J. C. C. B.

22 de Janeiro

Quem disse?

«Defendo a construção de uma sociedade participada, justa, criativa e fraterna, uma sociedade socialista, democrática e autogestionária.»

Margarida Marques,
secretária-geral da JS



Juventude

Ensino adequado à inserção na vida activa

A necessidade de adequação do ensino para uma melhor inserção na vida activa foi uma das preocupações apresentadas, no dia 18, ao primeiro-ministro, António Guterres, pelo Conselho Nacional de Juventude (CNJ).

A nova direcção do CNJ, recebida numa longa audiência por Guterres, que estava acompanhado pelo secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes, levantou ainda a questão da importância da participação e do associativismo juvenil na forma-

ção da cidadania.

O Conselho Nacional de Juventude reúne representantes de organizações partidárias, sindicais, culturais, educativas, religiosas e assistenciais.

A nova direcção, recebida na passada segunda-feira na Residência Oficial de São Bento, integra representantes da Interultura, da Associação Internacional de Estudantes de Economia e Gestão, da JOC, JCP e Associação Escuteiros de Portugal.

Alentejo

Lançamento do Plano Regional de Emprego

O primeiro-ministro presidiu, no dia 19, na Universidade de Évora, ao lançamento do Plano Regional de Emprego para o Alentejo, medida que envolve um investimento da ordem dos 20 milhões de contos até 2003.

O plano inclui um conjunto de metas, de forma a garantir uma aproximação dos índices de criação de emprego no Alentejo aos índices nacionais, uma vez que a região, no final do terceiro trimestre de 1998, contava com uma taxa de desemprego (8,7 por cento) muito superior à média nacional.

O Plano Regional de Emprego dá sequência a uma deliberação do Conselho de Ministros realizado em Alqueva, em 14 de Maio de 1998.

Após a sessão na universidade eborense, António Guterres visitou, na vila de Portel, a meio caminho entre Évora e Beja, um curso de formação, no âmbito da iniciativa

comunitária Now, frequentado por 16 mulheres.

Em Beja, Guterres visitou o Centro de Formação Profissional, onde decorrem cursos da área das telecomunicações, visando a admissão dos formandos no Centro de Atendimento do Serviço Informativo da Portugal Telecom em Beja.

Ainda na capital do Baixo Alentejo, o chefe do Governo socialista presidiu à assinatura do protocolo de formação da parceria para a construção e equipamento do Centro de Apoio à Criação de Empresas.

O protocolo foi celebrado entre o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Câmara Municipal de Beja e o ProAlentejo - Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo.

António Guterres fez-se acompanhar pelo ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues.

MAIOR QUALIDADE AMBIENTAL PARA AS FREGUESIAS DE SOUSELAS E MACEIRA

A ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, garantiu, no Parlamento, que o Governo reintroduzirá qualidade de vida nas comunidades de Maceira e de Souselas, reparando os danos causados ao longo de décadas pela actividade de algumas empresas. Perante os deputados, explicou ainda a razão pela qual o Executivo optou por escolher o método da co-incineração no tratamento de resíduos sólidos. Na sua intervenção, também não deixou de lamentar o aproveitamento político feito pelo PSD em torno desta questão.



Depois de sublinhar o seu respeito pelas populações dos locais escolhidos para receber as centrais de co-incineração de resíduos sólidos, a titular da pasta do Ambiente atacou alguns responsáveis políticos, sobretudo os do PSD.

«Não pode ser tolerado que o registo político partidário justifique intervenções e conclusões que, baseadas em meias verdades e inverdades, radicalmente contrariadas por todos os estudos nacionais e internacionais disponíveis e, acima de tudo, pela experiência prática de mais de duas

décadas dos nossos parceiros comunitários, vem, desumanamente, explorar e capitalizar na percepção do risco do processo por parte das populações. Há que trazer objectividade às discussões e criar todos os mecanismos possíveis de construção de confiança quer no sistema quer entre todas as partes envolvidas», apelou Elisa Ferreira.

Durante o debate parlamentar, a ministra do Ambiente justificou também os motivos que levaram o Governo a optar pela co-incineração, em vez de qualquer outro sistema para tratar dos resíduos sólidos. A co-incineração, segundo Elisa Ferreira, «é a única solução compatível com uma política efectiva de redução da sua produção.

Se os resíduos desaparecerem, a indústria cimenteira continuará a fabricar cimento sem substituição energética», lembrou. Pelo contrário, a alternativa, ou seja, a incineração dedicada «é uma nova unidade produtiva de queima que se adiciona às unidades industriais pré-existentes, constituindo-se como mais uma fonte poluidora, produtora de dioxinas e furanos». Por essa razão, concluiu Elisa Ferreira, a co-incineração «substitui combustível primário que, de qualquer modo, já era queimado, permitindo não só a sua poupança mas ainda que o impacte global sobre o ambiente resultante da queima seja sensivelmente igual, antes e depois do processo de substituição de combustível».

Mas Elisa Ferreira invocou ainda, em menor, a experiência de outros países europeus ao nível da co-incineração. «O processo é uma tecnologia amplamente utilizada, testada e controlada em termos de segurança e saúde pública», assegurou. Na Europa, referiu, «mais de 40 cimenteiras fazem co-incineração; a Bélgica, a França, a Grã-Bretanha, a Alemanha e a Suíça fazem co-incineração, cada um, anualmente, mais de 200 mil toneladas». Citou mesmo o caso francês, onde se iniciou o processo, a título experimental em 1974, generalizando-se depois em 1976.

Em França, revelou a ministra, «as fábricas localizam-se na proximidade de aglomera-

ções urbanas: uma delas (Lafarge), co-incinera 30 mil toneladas ano de resíduos perigosos, dez mil toneladas de pneus e farinhas de BSE; a dez quilómetros vivem 800 mil pessoas (Marselha)». A finalizar apontou ainda o caso belga, onde as duas principais cimenteiras se situam a oito quilómetros de Mons e num raio de 40 quilómetros habitam mais de cem mil habitantes. Para desaconselhar o método da incineração dedicada, a titular da pasta do Ambiente explicou que «a viabilidade económica de uma unidade cujo único propósito é queimar resíduos dificilmente garante a sua sobrevivência sem recorrer a preços proibitivos a cobrar junto dos industriais (produtores dos resíduos) ou a apoios estatais».

«A última prova de confiança, por parte do Governo, em todo o processo, foi dada aquando da decisão de depositar nas mãos de um conjunto de individualidades de reconhecido mérito científico, em que cinco dos seis elementos são totalmente independentes do Governo, não só o acompanhamento e confirmação da seriedade do processo, como ainda a possibilidade de, verificadas razões relevantes de saúde pública, fazer parar o processo de substituição energética na cimenteira», lembrou, referindo-se às garantias dadas pelo Executivo, tanto aos autarcas de Coimbra e Leiria, como às populações de Maceira e de Souselas.

PGR DEU RAZÃO AO GOVERNO

O Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República (PGR) considerou ilegal a greve «self-service» decretada pelo Sindicato Independente dos Médicos (SIM), dando assim total razão à actuação prudente mas eficaz do Governo. Contribuindo para a solução de uma greve que durava há mais de três meses, o Presidente da República também fez um apelo aos dirigentes do SIM no sentido de suspenderem uma forma de luta considerada «indigna» pela esmagadora maioria da opinião pública. Perante o apelo do chefe de Estado, a minoria de médicos em protesto acabou com a greve.

«A greve, pela maneira como foi desenvolvida, contrária o pré-aviso e é, portanto, ilegal», concluiu o parecer do Conselho Consultivo da PGR e que havia sido solicitado com carácter de urgência pelo Ministério da Saúde. Ainda em relação às conclusões do parecer, a PGR considerou que compete ao Governo, em cada circunstância, definir os serviços mínimos sobre critérios de adequação e de proporcionalidade.

Após a entrega do parecer pela PGR, a ministra da Saúde vai agora reunir-se com res-



ponsáveis da Administração Pública e do Trabalho, visando estudar os procedimentos a adoptar. Por outro lado, a partir de agora, o objectivo será homologar o parecer no sentido de evitar greves semelhantes no país. De referir que as conclusões da PGR foram votadas por unanimidade.

Na semana passada, em conferência de

imprensa, o vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, José Junqueiro, considerou a greve decretada pelo SIM como «indigna» e «extremamente prejudicial aos interesses das populações». Idêntica ideia seria repetida pelo primeiro-ministro, António Guterres, em entrevista à SIC. Nas duas ocasiões em que se pronunciaram publica-

mente sobre a forma escolhida pelo SIM para decretar greve, os dois responsáveis socialistas fizeram questão de separar o trigo do joio, não envolvendo nesta luta ilegal a maioria da classe médica. O próprio bastonário da Ordem dos Médicos condenou a greve «self-service».

Mas, tanto o Governo, como o PS, têm fortes razões de queixa contra o comportamento das oposições, em especial dos partidos que provavelmente constituirão a Alternativa Democrática. Paulo Portas e Marcelo Rebelo de Sousa tentaram fomentar autênticas guerras nos hospitais e nos centros de saúde. Curiosamente, como apontou José Junqueiro, Marcelo Rebelo de Sousa e o PSD estiveram solidários com a greve do SIM. E apenas mudaram de opinião quando perceberam que a opinião pública, esmagadoramente, condenava este comportamento de uma minoria da classe médica. Apesar da tentativa do PP e do PSD para envolverem o Governo em acções que ainda contribuiriam para agravar mais o clima de confronto nos serviços de saúde, o Executivo deu sempre passos seguros para combater a greve «self-service».

REVOLUÇÃO NA LEGISLAÇÃO LABORAL

O Executivo socialista decidiu alterar, na passada sexta-feira, dia 15, o regime do trabalho subordinado e de regulamentação do emprego de menores.

A proposta de lei aprovado em Conselho de Ministros vem introduzir um significativo número de restrições e de benefícios no regime do trabalho de menores (quer subordinado, quer independente), com vista a uma maior protecção e salvaguarda dos trabalhadores abrangidos por esta faixa etária. Em termos objectivos, o diploma apresenta inovações e introduz diversas alterações. No âmbito da protecção do trabalho assalariado de menores, generaliza-se o direito a dois dias de descanso semanal, actualmente apenas previsto em relação a menores com menos de 16 anos de idade.

Ficam consagrados os princípios gerais de protecção da segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente à protecção do trabalho dos menores e proibe-se que a organização de horários de trabalho com adaptabilidade possa implicar que os horários dos menores em qualquer dia e semana do período de referência ultrapassem os limites diário e semanal dos períodos de trabalho.

O novo regime de trabalho subordinado prevê que, quando o menor trabalhar simultaneamente para várias entidades patronais, os tempos de trabalho e os descansos semanais sejam conjugados para efeito do respeito das regras legais.

É que, neste projecto de lei ficam fixados os intervalos de descanso, instituindo-se o direito a um descanso diário entre os períodos de trabalho de dois dias seguidos, de pelo menos 12 ou 14 horas consecutivas, consoante a idade dos menores.

Regulamenta-se também o trabalho nocturno de menores, mantendo-se a proibição geral do trabalho nocturno de menores com idade inferior a 16 anos e, quanto a menores com pelo menos 16 anos de idade, generaliza-se a proibição do trabalho nocturno, actualmente restrita aos estabelecimentos industriais.

Todavia, as convenções colectivas podem prever determinadas excepções à proibição do trabalho nocturno relativas a menores com pelo menos 16 anos de idade.

No sentido de conjugar a acção dos serviços de protecção social e do ensino na prevenção da exclusão social, as escolas comunicarão à Segurança Social as situações de abandono escolar de menores de 16 anos que não tenham concluído a escolaridade obrigatória.

Por último, determina-se a revisão, no prazo de 90 dias, da actual regulamentação relativa aos trabalhos leves dos menores com 14 ou 15 anos de idade que já concluíram o 9º ano de escolaridade obrigatória, bem como a regulamentação respeitante aos trabalhos que são proibidos ou condicionados aos menores para protecção da sua segurança e saúde.

Sublinhe-se ainda, neste domínio, uma medida que é tomada pela primeira vez em Portugal: a generalização da protecção da se-



gurança, da saúde, do desenvolvimento físico e intelectual e da escolaridade a todos os menores, através de regras de protecção dos menores ocupados em qualquer forma de trabalho independente.

No que respeita ao trabalho independente dos menores, procede-se à sua regulamentação com princípios idênticos aos que se aplicam ao trabalho assalariado. Assim:

- Os menores só poderão exercer um emprego independente a partir dos 16 anos de idade ou, desde que já tenham concluído o 9º ano de escolaridade obrigatória, a partir dos 14 anos;

- Os menores que exerçam qualquer trabalho independente, deixam de o poder fazer ou fá-lo-ão de forma condicionada, desde que a natureza do trabalho ou as condições em que é executado sejam idênticas às que determinam a sua proibição ou condicionamento relativamente aos menores assalariados;

- Os menores com 14 ou 15 anos de idade que exerçam qualquer trabalho independente, na condição de terem concluído o 9º ano de escolaridade, só podem efectuar trabalhos leves idênticos aos dos menores assalariados.

Este projecto de lei vem completar a transposição para a ordem jurídica interna da directiva comunitária relativa à protecção dos jovens no trabalho, concretizando, ao mesmo tempo, o princípio constante da convenção n.º 138 da OIT, relativa à idade mínima de admissão ao trabalho e ao emprego, ratificada por Portugal, no que respeita à idade mínima de admissão ao emprego independente.

Trata-se de um diploma previsto no acordo de concertação estratégica e que foi apreciado pelos parceiros sociais no âmbito da Comissão Permanente de Concertação Social.

Caça aos «recibos verdes»

E se os menores precisam de protecção contra exploração laboral também os adultos carecem de medidas que salvaguardem os seus direitos enquanto agentes produtivos activos.

Assim, o Conselho de Ministros aprovou

uma proposta de lei que permite a regulamentação excepcional das situações de falso trabalho independente através da celebração de contratos de trabalho a termo. Este diploma destina-se a facilitar o combate ao falso trabalho independente que assume formas aparentes de prestação de serviço, vulgarmente tituladas por «recibos verdes», ou de falsos empresários em nome individual, que encobrem verdadeiros contratos de trabalho para evitar a aplicação da legislação do trabalho.

O combate ao falso trabalho independente permite melhorar as condições laborais, contribuir para diminuir a fuga às obrigações fiscais e perante a Segurança Social e vem dificultar uma das formas de concorrência desleal.

Neste sentido, e nos termos do diploma, sempre que a Inspecção de Trabalho verifique que um trabalhador exerce a sua actividade em instalações de uma empresa ou organização pertencente a outra pessoa, pode presumir estar perante uma situação de contrato de trabalho e, consequentemente, impor o cumprimento da legislação do trabalho ou aplicar sanções pela sua violação.

A presunção de que se trata de contrato de trabalho pode ser afastada nos casos do verdadeiro trabalho independente, ou quando o trabalhador exerça actividade nas instalações dessa empresa por conta da sua entidade patronal.

Para que não haja a curto prazo efeitos prejudiciais sobre o emprego, permite-se, a título excepcional e no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor desta lei, a regularização do falso trabalho independente através da celebração de contratos de trabalho a prazo com duração até 18 meses, não renováveis.

Nova disciplina para retribuições variáveis

O quadro legislativo referente às retribuições variáveis também foi revisto na reunião do Governo da semana passada, alterando definições.

Assim, a proposta de lei aprovado em Conselho de Ministros vem alterar a definição

do conceito de retribuição no sentido de não abranger as prestações ligadas ao comportamento profissional dos trabalhadores - como é o caso da qualidade do desempenho, da produtividade e da assiduidade - que ficam sujeitas a regras objectivas de atribuição previstas em convenção colectiva ou regulamento interno aprovado.

As referidas prestações não são consideradas retribuição até 20 por cento da remuneração de base anual do trabalhador (ou outro limite previsto em convenção colectiva) e não ficam sujeitas - até ao referido valor de 20 por cento - a contribuições para a Segurança Social.

Este diploma enquadra-se na política de rendimentos do Programa do Governo que valoriza a ligação dos níveis de remunerações à promoção dos níveis de produtividade das empresas e com a política do trabalho.

As formas de retribuições variáveis favorecem o crescimento das remunerações em ligação com acréscimos de produtividade, promovendo o crescimento sustentado (não inflacionista) das remunerações.

Com a legislação a implementar serão estabelecidos regimes transitórios assegurando que os subsídios de férias e de Natal auferidos pelos trabalhadores não serão diminuídos nos respectivos valores nominais por efeito das presentes alterações.

Do mesmo modo, as empresas e os trabalhadores não pagarão menos contribuições para a Segurança Social do que pagavam antes das alterações introduzidas por este diploma.

E o regime de sanções...

A fechar o leque de diplomas relativos ao trabalho aprovados na passada reunião do Governo está a proposta de lei que desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação dos diplomas reguladores do regime geral dos contratos de trabalho a termo.

Este diploma revê as sanções aplicáveis em caso de violação da legislação sobre o regime geral dos contratos de trabalho e das convenções colectivas, desenvolvendo e concretizando o regime de enquadramento das contra-ordenações laborais, constante de uma proposta de lei - regime geral das contra-ordenações laborais (aprovada no Conselho de Ministros de 16 de Julho de 1998) - que o Executivo apresentou à Assembleia da República.

De acordo com o referido regime de enquadramento das contra-ordenações laborais, as infracções à legislação do trabalho e às convenções colectivas são classificadas em muito graves, graves e leves, tendo em conta a relevância dos interesses protegidos pelas leis e convenções.

As coimas aplicáveis às empresas que praticarem tais infracções são determinadas com base numa tripla apreciação - a classificação atribuída à infracção, a dimensão das empresas e o grau da culpa.

FUNÇÃO PÚBLICA

Atendimento

JORGE COELHO GARANTE MELHORIA DOS SERVIÇOS

O ministro-adjunto Jorge Coelho defendeu no passado dia 18 que o Governo tem de chegar ao final da legislatura com uma melhor administração pública do que aquela que existia antes da criação do «Livro Amarelo».

Jorge Coelho, que falava aos jornalistas durante um almoço de trabalho, assegurou que isso será conseguido com uma análise permanente das reclamações feitas pelos utentes dos serviços públicos e com a modernização de muitos dos serviços.

Nesse sentido, a partir de Março, vão ser promovidos seminários e encontros por todo o País para ajudar os responsáveis e funcionários do atendimento da administração pública a melhorar os respectivos serviços de atendimento.

Esses encontros, que vão contar com a participação de alguns juristas conhecidos,



nomeadamente Freitas do Amaral e Vital Moreira, têm como objectivo tentar criar uma nova metodologia de tratamento do cidadão e podem ser encarados como for-

mação profissional.

«Vamos implementar no terreno iniciativas para dar resposta aos anseios das pessoas explicitos no Livro Amarelo», garantiu o ministro-adjunto, que tem a seu cargo a área da administração pública.

Lojas do cidadão

As obras das primeiras lojas do cidadão estão em fase de conclusão e os cidadãos de Lisboa e do Porto poderão contar com este novo serviço a partir de Abril ou Maio. Estas lojas, que deverão ser alargadas a todas as capitais de distrito do País, vão concentrar vários serviços públicos de modo a permitir ao utente tratar de várias coisas num mesmo sítio e em horários mais alargados (entre as 8 e 30 e as 21 e 30 durante a semana e entre 9 e 30 e as 15 horas aos sábados).

Outra medida com vista à melhoria da Ad-

ministração Pública é a abertura, em Setembro ou Outubro, do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública, que tem como objectivo a formação de futuros dirigentes para a função pública.

Este curso, que terá a duração de 420 horas, será ministrado pelo Instituto Nacional de Administração e destina-se a 30 licenciados, metade dos quais funcionários públicos.

Jorge Coelho, que se fazia acompanhar pelo secretário de Estado da Administração Pública, aproveitou ainda o encontro com os jornalistas para afirmar que até Outubro a função pública vai ter centenas de dirigentes que foram colocados no lugar por concurso, «apesar dos entraves políticos».

De acordo com o ministro, já foram abertas cerca de 900 concursos para cargos na administração pública e já tomaram posse 83 dirigentes.

DESTAQUE - CM

Habitação

MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA NA MIRA

O Conselho de Ministros aprovou, no dia 15, em Lisboa, um decreto-lei que regula o exercício da actividade de mediação imobiliária.

Este diploma vem acolher e disciplinar as experiências e as inovações de um sector que tem conhecido nos últimos anos uma evolução e uma expansão assinaláveis e que exige uma credibilização cada vez maior.

Assim, o significativo aumento do exercício clandestino da actividade de mediação imobiliária, com os inevitáveis inconvenientes e prejuízos daí decorrentes, quer na perspectiva dos agentes económicos legalmente habilitados, quer na perspectiva dos consumidores, obriga a que se institua os mecanismos legais adequados a uma maior clarificação deste regime e ao reforço da sua fiscalização.

Neste decreto-lei destacam-se as seguintes soluções:

- Reforço da capacidade empresarial das entidades mediadoras com a permissão do exercício de outras actividades comerciais, estabelecendo-se, contudo, a individualização da actividade de mediação imobiliária, a fim de possibilitar a sua eficaz fiscalização;
- Adopção da forma societária por todas as entidades do sector, principalmente após a criação da sociedade unipessoal, instituto jurídico que se tem relevado particularmente adequado ao seu desenvolvimento das pequenas empresas, de acordo, aliás, com a tendência que se tem vindo a verificar neste sector, a fim de possibilitar, também, a sua fiscalização;
- Consagração de uma maior exigência de

requisitos para o ingresso na actividade, agora baseados na idoneidade e capacidade profissional dos seus responsáveis, bem como na capacidade financeira da empresa, demonstrada pela exigência de capitais próprios positivos;

- Estabelecimento da forma de identificação das empresas, dos seus representantes e dos seus prestadores de serviços;
- Clarificação do momento e estabelecimento das condições em que é devida a remuneração pela actividade de mediação imobiliária, questões que no domínio da anterior legislação motivaram inúmeras reclamações por parte dos consumidores. Agora a remuneração só terá lugar com a conclusão e perfeição do negócio visado pelo exercício da mediação;
- Reforço do sistema das garantias, estabelecendo-se, para além do seguro de responsabilidade civil já existente, uma caução para reembolso de quantias indevidamente recebidas;
- Criação de uma comissão arbitral, com representação dos diversos interesses em presença, como meio expedito para reembolso de quantias indevidamente recebidas;
- Definição de novos deveres das empresas, quer para com os interessados, quer para com o organismo licenciador, tornando-se, em consequência, mais abrangente o regime contra-ordenacional;
- Instituição de novas sanções acessórias, incluindo o alargamento a novas situações de interdição do exercício da actividade e o encerramento dos estabelecimentos, quando a gravidade da situação o justifique.

DESTAQUE - CM

Sociedade

EXECUTIVO APROVA PLANO GLOBAL PARA A FAMÍLIA

O Governo socialista aprovou, na passada sexta-feira, um Plano Global para a Família que prevê que dentro de dois anos a alta-comissão para a Igualdade e Família apresente no Conselho de Ministros um relatório sobre a implementação das medidas tomadas e propostas de alteração nas diversas áreas.

O plano contempla a participação dos pais e encarregados de educação na administração e gestão das escolas e na apreciação e solução de questões de carácter disciplinar. Visa também garantir a «acessibilidade generalizada por parte dos menores e jovens às consultas e serviços de educação sexual e planeamento familiar nos centros de saúde e outros espaços vocacionados para o efeito».

O plano pretende ainda «contribuir para o reconhecimento do papel social das «donas de casa» e para a melhoria da respectiva protecção social, através de uma melhor divul-

gação do regime do seguro social voluntário e do seu eventual aperfeiçoamento».

Prevê igualmente o incremento da mobilidade na habitação por forma a adequar os fogos à dimensão da família e ter em conta na atribuição de comparticipações do Estado para obras de conservação as necessidades dos agregados que incluam pessoas com deficiências e idosos.

Incentivar a habitação social a custos controlados e as cooperativas de habitação, bem como unidades residenciais adequadas às famílias monoparentais e unipessoais está também previsto no plano.

O documento procura ainda sensibilizar para o reconhecimento do valor económico do trabalho relacionado com os afazeres domésticos e com os cuidados prestados aos membros da família.

Visa igualmente «alargar no âmbito da função pública o princípio da preferência conjugal a sectores onde ainda não vigora».



PELO PAÍS

Governança Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA – O secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Armando vara, presidiu, no dia 17, em Vila Real de Santo António, às comemorações do 109º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António.

ASSUNTOS EUROPEUS – O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Francisco Seixas da Costa, participou, no dia 19, em Lisboa, numa conferência sobre reformas institucionais que a União Europeia deverá empreender antes do seu futuro alargamento e por virtude das novas políticas de acompanhamento da União Económica e Monetária.

Na conferência estiveram presentes adiutos do Instituto de Defesa Nacional.

AVEIRO – O governador civil de Aveiro, Antonio Gaspar, deslocou-se, no dia 14, ao concelho de Sever do Vouga para analisar os pontos sensíveis no âmbito da segurança rodoviária e as obras em curso de infra-estruturas rodoviárias.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL – O III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) vai dedicar especial atenção ao desenvolvimento e equilíbrio regionais, afirmou no dia 15, no Porto, a secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio. Maria José Constâncio considerou que «a questão do equilíbrio da inserção das pessoas no território não pode ser, no terceiro QCA, uma questão marginal como foi no segundo», pelo que o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social terá uma «forte componente territorial».

Tendo em vista promover este equilíbrio regional e depois do «não» à regionalização a 8 de Novembro de 1990, o Governo pretende manter e mesmo reforçar o papel das Comissões de Coordenação Regional (CCR). Como sinal desse reforço e do aumento da sua ligação às regiões em que as CCR se inserem, o Executivo vai criar conselhos económicos e sociais regionais.

«É preciso prosseguir a descentralização da Administração Central, apesar de não termos, como pensávamos, graus intermédios de poder», frisou a secretária de Estado. Maria José Constâncio salientou, porém, que se trata de «objectivos grandiosos com meios financeiros eventualmente reduzidos», dadas as dificuldades na negociação da Agenda 2000 na União Europeia.

A governante falava num seminário dedicado ao tema «Política Regional - Participar a Nível Regional e Local», promovido pelo Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional (CEFOSAP) e pela UGT.

DESPORTO – O secretário de Estado do Desporto, Miranda Calha, deslocou-se, no dia 17, a Viana do Castelo, para dar o «tiro de partida» da I Meia-Maratona Manuela Machado, que contou com a participação da atleta. Na prova correram cerca de 800 atletas, entre os quais António Pinto, campeão europeu dos dez mil metros, Manuel Matias, António Rodrigues, Paulo Catarino e João Lopes, além da principal equipa feminina do Sporting Clube de Braga.

A meia-maratona, com um percurso de 21 quilómetros e 98 metros, partiu da Rua Cândido dos Reis, seguindo por várias artérias da cidade.

A chegada teve lugar na Praça da República, em Viana do Castelo, onde também se realizou a cerimónia de entrega das medalhas e prémios aos atletas melhor classificados.

O programa da visita de Miranda Calha a Viana do Castelo incluiu ainda a inauguração da ampliação do Pavilhão Desportivo de Santa Maria Maior e uma deslocação às obras do Estádio Municipal Manuela Machado, onde está a ser construída uma pista de atletismo de «tartan».

ECONOMIA – O ministro da Economia, Pina Moura, deslocou-se, no dia 15, a Matosinhos, onde presidiu, na Exponor, à inauguração da 42ª edição da Mostra Portuguesa de Calçado.

EMPREGO E FORMAÇÃO – O secretário de Estado do Emprego e Formação, Paulo Pedroso, presidiu, no dia 16, no Porto, à sessão de encerramento do seminário «Política Regional - Participar a Nível Regional e Local».

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, disse, no dia 18, no Cadaval, que a decisão sobre a localização do futuro aeroporto internacional de Lisboa será tomada ainda antes das eleições legislativas.

João Cravinho afirmou estar já em fase final um conjunto de estudos de impacto ambiental que serão analisados pela ministra do Ambiente, Elisa Ferreira, a que se seguirá uma ampla consulta pública.

O governante apelou à participação de todas as partes interessadas, a favor das soluções de Ota e Rio Frio, para ponderar todos os argumentos e só então tomar a decisão. Cravinho deslocou-se ao Cadaval para ouvir as conclusões do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Oeste (PEDRO). Este plano foi impulsionado pela Associação de Municípios do Oeste e prevê, como objectivos até 2010, o aumento da riqueza da região, a melhoria da qualidade de vida e o aumento da competitividade.

Para que o plano consiga ter êxito será necessário um investimento global de 200 milhões de contos, a aplicar até 2006.

JUSTIÇA – O ministro da Justiça, Vera Jardim, reiterou, na passada sexta-feira, dia 15, a ideia de que «a luta contra a droga não está perdida».

O governante valorizou a colaboração com as polícias estrangeiras e mostrou-se optimista quanto ao papel do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP).

Vera Jardim falava aos jornalistas no decorrer da 1ª reunião do Conselho Superior de Assuntos Criminais (CSAC), em Lisboa, destinada a analisar e a discutir o documento sobre «Estratégia Nacional de Luta contra a Droga».

Acerca do DCIAP, cuja instalação está prevista para Junho, mas no qual já existem al-

guns magistrados a trabalhar, o ministro sublinhou que aquele organismo «vai certamente ter algum papel relevante no combate à droga, porque ocupar-se-á da criminalidade que se verifica em várias comarcas».

«Quando se trata de criminalidade organizada em relação à droga (...) é natural que o

DCIAP se possa envolver também na coordenação das investigações nessa matéria», adiantou.

Sobre a cooperação com as polícias estrangeiras (sobretudo espanhola, holandesa e norte-americana) no combate à droga, Vera Jardim destacou a colaboração que «está a ser feita» com a polícia do país vizinho.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 15 de Janeiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma resolução que aprova o Plano Regional para o Emprego no Alentejo (PRE), na sequência do PNE, para vigorar até 2003;
- Uma proposta de lei que altera o regime do trabalho subordinado e de regulamentação do emprego de menores;
- Uma proposta de lei que permite a regulamentação excepcional das situações de falso trabalho independente através da celebração de contratos de trabalho a termo;
- Uma proposta de lei que disciplina as retribuições variáveis, alterando a definição do conceito de retribuição no sentido de não abranger parte das retribuições variáveis que estejam sujeitas a regras objectivas de atribuição ligadas ao comportamento profissional dos trabalhadores;
- Uma proposta de lei que desenvolve e concretiza o regime geral das contra-ordenações laborais, através da tipificação e classificação das contra-ordenações correspondentes à violação dos diplomas reguladores do regime geral dos contratos de trabalho a termo;
- Uma resolução que aprova o Plano Global para a Família;
- Um decreto-lei que regula o exercício da actividade de mediação imobiliária;
- Um decreto-lei que aprova na generalidade, ficando-se a aguardar o termo do prazo de pronúncia dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, o regime de férias, faltas e licenças dos funcionários e agentes da Administração Pública;
- Um decreto-lei que fixa, em obediência ao disposto no artigo 184º da Lei n.º 15-A/98, de 3 de Abril, a verba por município e os coeficientes de ponderação por eleitor e por freguesia a aplicar na determinação da transferência de verbas para as autarquias;
- Um decreto-lei que altera algumas disposições do decreto-lei n.º 168/97, de 4 de Julho, que aprovou o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas;
- Um decreto regulamentar que altera o diploma que regula os estabelecimentos de restauração e de bebidas;
- Um decreto-lei que revoga o artigo 37º do decreto-lei n.º 381-A/97, de 30 de Dezembro que regula o regime de acesso à actividade de operador de redes públicas de telecomunicações e de prestador de serviços de telecomunicações de uso público;
- Um decreto-lei que revê a transposição para a ordem jurídica interna da directiva comunitária relativa à preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens;
- Um decreto-lei que cria condições que possibilitam o prosseguimento e conclusão do processo de liquidação da sociedade anónima de capitais públicos Portugal-Frankfurt 97, SA - Sociedade Promotora da Presença de Portugal na Feira do Livro de Frankfurt 97;
- Um decreto-lei que procede à transferência de competências de natureza executiva exercidas pelos Departamentos do Ensino Secundário e da Educação Básica para as direcções regionais de educação;
- Um decreto que aprova o acordo entre a República Portuguesa e o Reino da Dinamarca de renúncia ao reembolso de despesas efectuadas com a concessão de prestações em espécie e com os controlos administrativos e médicos;
- Um decreto que aprova a convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República Federal da Alemanha relativa ao reembolso de despesas com prestação em espécies do seguro de doença;
- Uma resolução que designa, para integrar a comissão instaladora do município da Trofa, o cidadão Nuno Paulo Rodrigues Serra em substituição de Miguel Fernando Ferreira da Silva Camisão Rossi;
- Uma resolução que nomeia o Conselho de Administração da Empresa Pública Navegação Aérea de Portugal, NAV, EP que passa a ser constituído por Carlos Alberto Gonçalves da Costa (que preside) e pelos vogais António de Lemos Monteiro Fernandes, Alexandre Ulrich Kühl de Oliveira, António Barreira Paulino e José Carlos Costa Infante de la Cerda;
- Uma resolução que altera a resolução do Conselho de Ministros n.º 45/96, de 17 de Abril, que redefiniu a estrutura da instância nacional de coordenação do Programa Leonardo da Vinci, nomeando uma coordenadora-adjunta;
- Uma resolução que altera a resolução do Conselho de Ministros n.º 44/97, de 21 de Março, na redacção que lhe foi conferida pela resolução do Conselho de Ministros n.º 132/98, de 16 de Novembro, nomeando um director-adjunto, a título gratuito, para o Programa para a Integração dos Jovens na Vida Activa;
- Um decreto-lei que estabelece normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa do sector agro-alimentar;
- Uma resolução que aprova a participação do Estado Português na constituição de uma sociedade comercial para o desenvolvimento das actividades do FIEP - Fundo para a Internacionalização das Empresas Portuguesas, SGPS, SA.

DEPUTADO FERNANDO DE SOUSA

Reformas dos docentes

POR UMA SOLUÇÃO EQUILIBRADA



O deputado socialista Fernando de Sousa defendeu, no dia 13, na sessão plenária da Assembleia da República em que foram discutidas as pensões de reforma dos docentes, que o problema dos professores reformados precisa de uma solução equilibrada que dê prioridade às «situações gritantes que afectam os aposentados antes de Outubro de 1989». «Uma das questões mais aflitivas que dizem respeito à situação dos professores em Portugal, é a que se prende com a degradação progressiva e sistemática das pensões que são pagas aos professores aposentados», disse o parlamentar do PS, explicando de seguida que «este problema da degradação das pensões, que não é exclusivo dos professores do 1º ciclo do ensino básico, uma vez que é passível de alargamento a todos os docentes aposentados em geral, agravou-se sobremaneira com a reforma do sistema retributivo da Função Pública de 1989, dando origem a injustificáveis, graduais e crescentes discrepâncias entre o montante das pensões e os valores dos vencimentos».

Na opinião de Fernando de Sousa, «a situação dos professores aposentados com pensões degradadas reveste assim uma evidente injustiça social e profissional, ferindo, em numerosos casos, o integral respeito do princípio da igualdade, pelo que se torna necessário encontrar, rapidamente, um novo enquadramento legal susceptível de repor a justiça e a igualdade, o qual passa por uma correcção extraordinária das pensões dos professores aposentados, sobretudo daqueles que se encontram na situação anteriormente referida».

Neste sentido, o deputado do GP/PS não

hesitou em fazer prova das desigualdades e injustiças sociais patentes nesta matéria. «Na verdade, auferindo os professores aposentados, antes de Outubro de 1989, com tempo completo de serviço, isto é, com 36 anos, pensões que oscilam entre os 110 e 180 contos líquidos, verificamos que as actuais pensões de aposentação dos professores no topo da carreira ultrapassam os 440 contos!...», exclamou.

Fazendo um apelo a todos os partidos com assento parlamentar, Fernando de Sousa disse categoricamente que «não podemos baixar os braços e não tomar qualquer iniciativa», frisando logo a urgência de que se reveste uma tomada de posição por parte do Estado português com vista à reposição da justiça e à equidade.

Tudo isto, segundo o deputado socialista, deverá ser fruto de um empenhamento em políticas de solidariedade social que dignifiquem e reconheçam o papel dos profissionais do ensino no nosso país.

«O PS defende que a situação destes professores aposentados (antes de Outubro de 1989), particularmente injusta, seja considerada na sua especificidade e independentemente do conjunto da função pública, e que, portanto, as pensões dos professores aposentados antes de 1 de Outubro de 1989 sejam contempladas, com uma correcção extraordinária, escalonada no tempo», referiu.

No final da sua intervenção, Fernando de Sousa explicou que o PS se absteria na votação na generalidade do diploma do PP sobre esta matéria, por saber que não ameaçaria, com tal posição, a baixa do diploma à Comissão de Educação, para discussão na especialidade e para encontrar lá «uma solução justa, equitativa e equilibrada». **M.J.R.**

DEPUTADO ACÁCIO BARREIROS

Co-incineração

PSD É O LANTERNA VERMELHA DA SOCIEDADE PORTUGUESA



«Finalmente começamos a resolver com actos concretos o nosso passivo ambiental e estamos a acabar com a velha hipocrisia de ir mandando o lixo para debaixo da tapete, a ver se a sala se mantém compostinha», afirmou no dia 14 o deputado socialista Acácio Barreiros, na sessão plenária da Assembleia da República.

Acácio Barreiros, que falava durante a discussão de uma interpelação do PSD ao Governo sobre a co-incineração, desmontou toda a demagogia e «falta de autoridade» do partido laranja para se pronunciar sobre esta matéria, uma vez que «enquanto foi governo não tomou qualquer decisão, pactuou com a degradação ambiental e ameaça à saúde pública».

Segundo Acácio Barreiros, agora que um novo Governo tomou finalmente decisões, «o PSD pretende muito simplesmente impedir a concretização da solução encontrada por este Governo para o tratamento de resíduos industriais perigosos, voltar à estaca zero, ou seja, continuar a pactuar com os graves riscos para a saúde pública que o não tratamento dos resíduos industriais acarreta».

O deputado socialista acusou o PSD de não ter qualquer solução alternativa para apresentar, actuando apenas por «mero calculismo eleitoralista».

Por isso, frisou, «o PSD não hesitou em lançar-se numa campanha de poluição sonora, deitando mão à demagogia mais de-

svargenhada e ao cinismo mais desumano, semeando medos, acicatando desconfianças».

Acácio Barreiros referiu que o PSD cometeu «dois erros graves» que só a sua «imensa arrogância política» o impede de ver.

O primeiro erro, disse, «decorre do crescente afastamento do PSD das reais preocupações dos portugueses» e o segundo erro fatal de estratégia do partido laranja «é que este partido está há três anos na oposição e ainda não percebeu que as decisões deste Governo não são decisões à moda antiga, pois assentam sempre numa profunda preocupação social».

Acácio Barreiros acusou o PSD de ter ficado «parado no tempo» perante a «modernização ambiental» do País levada a cabo pelo Governo socialista.

«O PSD é hoje o lanterna vermelha da sociedade portuguesa», afirmou Acácio Barreiros.

Polição sonora do PSD

O deputado do PS congratulou-se ainda pelo facto de o Governo quando tomou a opção pela co-incineração, «ter deixado claro que o processo não avançaria sem que fossem constituídas Comissões de Acompanhamento da confiança das populações».

«Nós, socialistas, não confundimos os receios e as desconfianças das populações de Maceira e Souselas, com a poluição sonora do PSD», disse. **J. C. CASTELO BRANCO**

DEPUTADO MIGUEL GINESTAL

Reforma administrativa

UISEU: CIDADE MÉDIA



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) quer reajustar a área administrativa da cidade de Viseu através da aprovação de um projecto de lei, apresentado, dia 14, na Assembleia da República, pelo deputado do PS Miguel Ginestal.

O diploma propõe uma reforma da área administrativa da cidade de Viseu, que passa a enquadrar não só as freguesias de Coração de Jesus, Santa Maria e São José, mas também as freguesias de Abraveses, Campo, Orgens, Ranhados, Repeses, São Salvador e Rio de Loba e ainda, parcialmente, as freguesias de Vila Chã de Sá, Fragosela, Mundão e São João de Lourosa.

Tal proposta justifica-se, segundo o texto subscrito por Miguel Ginestal, «no quadro do desenvolvimento e crescimento da cidade, o qual tornou obsoleta a divisão administrativa vigente».

«A cidade extravasou para novos pólos de

desenvolvimento urbano, tornando-se inegável a existência de um aglomerado urbano contínuo, o qual significa mais de 50 mil habitantes, para um total de 83 601 habitantes, estimado por defeito, para todo o concelho, de acordo com os censos de 91», defende Ginestal.

Na opinião do deputado do GP/PS, os dados estatísticos conduzem à conclusão de que Viseu é «uma cidade jovem» e, por isso mesmo, «inovadora e criativa», cuja população activa representa o seu maior potencial empreendedor.

«O propósito de reajustar, alargando o perímetro urbano da cidade, tem subjacente um objectivo estratégico que visa combater a ideia da pequena cidade da província, por uma nova ideia compatível com os novos conceitos, como o das cidades médias da União Europeia, onde é perfeitamente possível conciliar o desenvolvimento com a qualidade de vida dos cidadãos, uma cidade onde é possível aliar a tradição à modernidade, o crescimento à qualidade

ambiental», explicou.

Assim, os socialistas propuseram que se dê um novo mecanismo de reordenamento estratégico a Viseu, libertando esta cidade do «colete-de-forças a que hoje está sujeita pela lei de 1958», nas palavras de Miguel Ginestal.

A proposta do PS tem por base um estudo especializado que tem por objectivo compatibilizar os índices estatísticos com a realidade actual, atribuindo a Viseu «um estatuto consentâneo não só com o seu prestí-

gio arquitectónico, patrimonial, histórico e ambiental, mas também com a nova realidade socioeconómica e populacional».

Para Miguel Ginestal, «estamos perante uma reforma administrativa, talvez a mais importante do século, que, aliada a uma correcta gestão de outros instrumentos de planeamento estratégico, poderão contribuir para a afirmação de Viseu ao nível das cidades médias europeias, adaptando-a aos enormes desafios que o novo milénio encerra». **M.J.R.**

AGENDA PARLAMENTAR

Quinta-feira, dia 21

A Assembleia da República reúne, hoje, pelas 15 horas, para debater o projecto de lei do PSD que prevê um Programa Especial de Combate às listas de espera no Serviço Nacional de Saúde.

Sexta-feira, dia 22

A partir das 10 horas os deputados de todos os partidos com assento parlamentar farão perguntas ao Governo.

RESOLUÇÃO CONDENA INDONÉSIA PELOS CRIMES CONTRA TIMORENSES

O PE aprovou uma resolução por unanimidade em que condena a Indonésia pelas mortes de civis perpetradas pelos militares e exige a abertura imediata de um inquérito sob a égide da ONU para apurar os responsáveis directos pelos crimes.

Reiterou também o seu pedido de enviar uma delegação ao território.

Na resolução aprovada por unanimidade, os parlamentares de Estrasburgo exigem a libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos, designadamente os que se encontram detidos há 33 anos e os que se opuseram à invasão de Timor.

O documento insta Jacarta a respeitar o direito à realização de manifestações pacíficas, a retirar os militares do território e a suspender a distribuição selectiva de armas.

Considera também que a anunciada abertura do regime após a queda de Suharto «é mais de fachada que de fundo».



Numa intervenção no plenário, a eurodeputada socialista Elisa Damião afirmou: «É tempo de exigir da Indonésia o respeito pelos Direitos Humanos e de acabar com o sofrimento do povo de Timor. É tempo de submeter à justiça internacional o ditador Suharto e os militares responsáveis. Não pode haver dois pesos e duas medidas na justiça democrática. Não podem os que desejam condenar Pinochet absolver Suharto.»

FUNDO DE COESÃO

Portugal recebeu em 1998 cerca de 103 milhões de contos do Fundo de Coesão, 40 por cento dos quais foram aplicados no sector dos transportes e 60 por cento em projectos de natureza ambiental.

Entre os projectos mais recentes que be-

neficiaram destes fundos, destaque para o desenvolvimento de um sistema integrado de gestão de águas residuais em Setúbal e zonas envolventes e a concretização do último troço de auto-estrada que liga Porto e Valença.

ALEMANHA

Ambiente

GOVERNO ABANDONA ENERGIA NUCLEAR

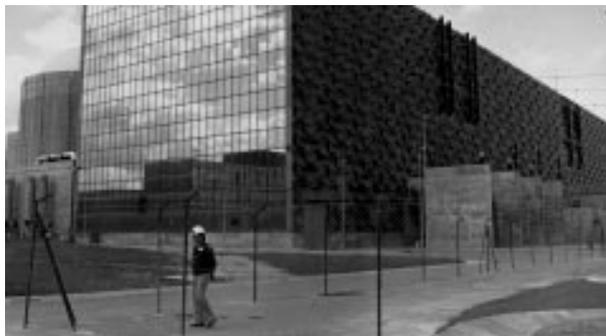
Os parceiros da coligação governamental alemã – SPD e Verdes – chegaram a acordo sobre a política nuclear.

Assim, será abandonada, num prazo a determinar, a utilização da energia nuclear, bem como será proibida a construção de novas centrais para a sua produção.

Paralelamente, até ao final do ano o Governo vermelho-verde vai apresentar no

Bundestag um projecto de lei que proíbe a participação da Alemanha na construção de reactores atómicos fora do país.

O aumento dos impostos a cobrar aos operadores de centrais nucleares, o reforço das medidas de segurança e um maior número de controlos são outros dos pontos a que os dois parceiros do Governo chegaram a acordo.



PRIORIDADES DA PRESIDÊNCIA ALEMÃ

A reforma do financiamento para o período 2000-2006 e as negociações para o alargamento da União Europeia estão entre as grandes prioridades da presidência alemã, que teve início no dia 1 de Janeiro.

A presidência alemã espera que se chegue a acordo sobre as perspectivas financeiras na Cimeira especial marcada para o final de Março, em Bruxelas.

As expectativas são muitas e as posições estão extremadas, como se deduz, por exemplo, das declarações do primeiro-ministro, António Guterres, ao falar dos motivos de preocupação associados à

emergência dos egoísmos nacionais.

Segundo declarações do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, feitas aquando da apresentação do programa da presidência, caso não se chegue a acordo em Março, a União poderá cair numa situação de «paralisia, dificultando enormemente as negociações de adesão».

Para o ministro germânico, o acordo deve incluir um pacote global que compreenda o Fundo de Coesão, o cheque de retorno que recebem os britânicos, os Fundos Estruturais e a reforma da PAC.

AGRICULTURA EUROPEIA NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2000

«Como pode a Comissão, no respeitante à agricultura, falar em defender o ambiente, o emprego e a qualidade? Através da produção?», interrogou o eurodeputado socialista António Campos no plenário de Estrasburgo, durante a discussão conjunta do relatório sobre o futuro da agricultura europeia na perspectiva da Agenda 2000. Para António Campos, o problema não está na produção, mas nas pessoas, que são obrigadas a abandonar o mundo rural.

«O que é preciso, segundo sublinhou o eurodeputado socialista, são ajudas à exploração, aos pequenos produtores, à empresa familiar e ao emprego.»

António Campos considerou, a propósito, que o comissário Fischer «não pode falar em reforma da PAC para o futuro quando continua a propor que se gaste metade do orçamento com um sector que distribui a 1 por cento dos mais ricos 40 por cento do orçamento».

FRANÇA

Lionel Jospin afirma

REDUÇÃO DO HORÁRIO DE TRABALHO VAI CRIAR MILHARES DE EMPREGOS

Em declarações à cadeia de televisão TF1, o primeiro-ministro francês, Lionel Jospin, afirmou estar confiante de que a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais irá criar milhares de empregos nos próximos meses.

Lionel Jospin, que chefia um Governo de esquerda com um programa de reformas socializantes, considerou que este ano será o da «descolagem» das 35 horas e de uma segunda fase do programa de emprego juvenil, cujo objectivo é a criação de 250 mil novos postos de trabalho para os jovens até finais de 1999.

«As 35 horas funcionam e vão mais além», afirmou Lionel Jospin, que se congratulou com o acordo assinado com a empresa estatal de gás e electricidade EDF-GDF, o qual contempla a criação de três mil a cinco mil empregos.

Lionel Jospin pediu ainda às grandes empresas que não sejam «tacanhas» nos seus projectos de investimento.

«O crescimento é forte, três por cento em 1998, a inflação é a mais baixa desde 1953, os lares e os assalariados têm



mais poder de compra. O consumo é forte e creio que as pequenas e médias empresas continuarão a investir», disse.

PAÍS «ESTÁ FORTE» E VIVE «UM NOVO AMANHECER»

O Presidente norte-americano, Bill Clinton, proclamou na terça-feira, dia 19, à noite, no Congresso que o julga que, apesar da «controvérsia», os Estados Unidos «estão fortes» e vivem «um novo amanhecer».

«O estado da União é forte», sublinhou Clinton, afirmando que os Estados Unidos mantêm a sua vocação pela paz e a sua firmeza contra o terrorismo e outras ameaças à segurança e liberdade mundiais e destacando os seus triunfos de pacificação.

«Nenhuma nação na História teve a oportunidade e a responsabilidade que hoje temos, de dar forma a um mundo mais pacífico, seguro e livre», disse o líder norte-americano no seu discurso sobre o «Estado da União», proferido perante as duas câmaras do Congresso dos Estados Unidos.

Durante o discurso, que se iniciou cerca das 21 horas locais de terça-feira (2 horas de quarta-feira em Lisboa) e durou aproximadamente 75 minutos, Bill Clinton salientou, nomeadamente, que a liderança norte-americana contribuiu para a paz na Irlanda do Norte, para o processo de pacificação no Médio Oriente e para os esforços de paz na Bósnia.

Clinton também indicou que, com os aliados da NATO, os Estados Unidos «pressionam o Governo da Sérvia para que ponha termo à brutal repressão em Kosovo e leve os responsáveis à justiça».

Bill Clinton solicitou ao Congresso, de maioria republicana, que aprove os fundos necessários para o cumprimento dos acordos israelo-palestinos de Wye Plantation (Maryland, Estados Unidos) assinados em Outubro último.

O presidente norte-americano indicou que esses fundos garantirão a segurança de Israel, estimularão a economia dos palestinianos e apoiarão a Jordânia.

Bill Clinton advertiu que os Estados Unidos defenderão a sua segurança em qualquer parte do mundo «como fizeram durante o Verão passado quando atacaram a rede terrorista de Osama Ben Laden», no Afeganistão.

O actual inquilino da Casa Branca e democrata referiu que os atentados terroristas de Agosto último contra as embaixadas dos Estados Unidos no Quênia e na Tanzânia (atribuídos a Benin Laden) «fazem recordar os riscos que diariamente enfrentam aqueles que representam este país no mundo».

«Trabalharemos para manter o terrorismo afastado das redes de computadores, para preparar as comunidades para as emergências de eventuais guerras biológicas e químicas e apoiaremos as investigações para vacinas e tratamentos», disse.

Bill Clinton adiantou que os EUA aumentarão os seus esforços contra o fornecimento de armas nucleares e mísseis por parte da Coreia do Norte à Índia e ao Paquistão. Além disso, informou que intensificará a



cooperação com a Rússia, a Ucrânia e outros países da antiga União Soviética para salvaguardar os arsenais e a tecnologia nuclear com o objectivo de evitar que caiam em mãos erradas.

Clinton indicou ainda que Washington continuará a trabalhar com Moscovo para reduzir os arsenais nucleares dos dois países, pedindo nesse sentido ao Senado que aprove o tratado bilateral de proibição total de testes nucleares (CTBT) assinado há dois anos.

Referindo-se ao Iraque, o presidente norte-americano recordou que há quase uma década aquele país do golfo Pérsico «tem desafiado as suas obrigações de destruir as suas armas de terror e mísseis», reiterando que a Casa Branca continuará a sua política de contenção do presidente iraquiano, Saddam Hussein, e trabalhará

para que o Iraque tenha um governo democrático.

Bill Clinton prestou homenagem aos 33 mil «bravos» soldados norte-americanos que participaram na operação «Raposa do Deserto» contra o Iraque em meados de Dezembro passado.

O Presidente norte-americano destacou o «papel crucial» da ONU e sublinhou que os Estados Unidos necessitam de «uma forte e eficaz Organização das Nações Unidas», assegurando que quer trabalhar com o Congresso para pagar as quotas mensais do país à organização mundial e a dívida acumulada.

Por outro lado, Clinton sublinhou o apoio dos Estados Unidos à segurança na Europa e na Ásia, ao alargamento da NATO, à manutenção da aliança com o Japão e a Coreia do Sul e à intensificação das rela-

ções com a China, defendendo que é de suma importância não isolar Pequim, porque «quanto mais se atrair a China ao mundo» haverá maiores possibilidades de mudanças e liberdade naquela nação do extremo oriente.

Referindo-se à NATO, o Presidente norte-americano declarou que a próxima cimeira da Aliança Atlântica, marcada para o dia 25 de Abril, em Washington, deverá «alargar» a organização e «definir as suas novas missões» e sublinhou a necessidade de os Estados Unidos «apoiarem a segurança» na Europa.

Bill Clinton, que se tornou no primeiro líder dos Estados Unidos a proferir o discurso anual sobre o «Estado da União» perante um Congresso que o está a julgar, sublinhou na sua alocação que o país «está forte» e que «o seu futuro é ilimitado».

«O estado da nossa União é forte. Os Estados Unidos voltam a funcionar. As promessas do futuro são ilimitadas», disse Clinton, indicando que o país desfruta do período de maior expansão económica na sua história após ter conseguido eliminar o avultado défice orçamental.

Logo no início do discurso, o Presidente dos EUA referiu-se aos 18 milhões de novos empregos criados e ao superavit de 70 mil milhões de dólares em 1998.

«A América criou o mais longo período de expansão da nossa história com cerca de 18 milhões de novos empregos, os salários a aumentarem duas vezes mais rápido do que a inflação, a mais baixa taxa de desemprego do pós-guerra», declarou.

Bill Clinton advertiu, porém, que não se pode contentar com os louros obtidos, porque «não se cumprirão as promessas» se os Estados Unidos «se contentarem com os frutos da sua prosperidade».

«O que fizemos hoje definirá o que seremos como nação no século XXI», defendeu o líder norte-americano, que foi recebido com fortes aplausos ao entrar no Congresso.

O Presidente dos Estados Unidos mencionou o bom estado da economia da União e a descida da criminalidade, mas insistiu nos desafios que o país continua a ter de enfrentar, nomeadamente a reforma da segurança social e o fortalecimento do sistema educativo.

Clinton propôs que uma boa parte do *superavit* do orçamento federal, que em 1998 foi de 70 mil milhões de dólares, seja utilizada para reforçar a segurança social nos próximos 15 anos, anunciando também a intenção de intensificar os seus esforços em matéria de educação para «criar as escolas do século XXI».

Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um presidente dirigiu-se às duas câmaras do Congresso quando está a ser julgado pelo Senado. Bill Clinton está a ser alvo de um processo de *impeachment* (destituição) pelas acusações de perjúrio e obstrução à justiça.

Com LUSA

CINCO LINHAS DE FORÇA

A política cultural, desde o começo da actual legislatura, orientou-se segundo cinco linhas de força cujos objectivos foram: a defesa e conservação do património, o apoio ao livro e ao desenvolvimento da leitura, o apoio à criação - cinema e audiovisual, artes do espectáculo e artes visuais -, a descentralização e a internacionalização da cultura portuguesa.

I - No campo da defesa e valorização do património procedeu-se à autonomização da Arqueologia - com a constituição do Instituto Português de Arqueologia -, e criou-se o Parque Arqueológico do Vale do Côa, onde se encontram as gravuras paleolíticas hoje classificadas pela UNESCO como Património da Humanidade.

Foi definido um modelo de gestão integrada do património classificado, tendo sido relançado o inventário do património e constituída uma Comissão Paritária composta de elementos da Conferência Episcopal e do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), uma vez que grande parte do nossos bens patrimoniais estão na esfera do clero. Foi ainda assinado um Pacto Patrimonial entre o IPPAR, a União das Misericórdias e a Associação Portuguesa dos Municípios com Centros Históricos.

Foi aprovada uma lei para o património subaquático e elaborada uma nova lei de bases do património cultural que, aprovada em Conselho de Ministros, desceu já à Assembleia da República, onde será discutida e votada.

É ainda de referir o estabelecimento de formas de articulação institucional e financeira da Rede Nacional de Museus, bem como a preparação do que irá ser, no futuro, o Laboratório Nacional de Conservação e Restauro.

II - No domínio do livro e da promoção da leitura, foram aprovadas medidas de defesa dos autores, dos editores e dos livreiros: a lei da cópia privada e a lei do preço fixo destinam-se, em última instância, a primeira a defender os autores contra a *copilhaagem*, a segunda a garantir a sobrevivência de um mercado livreiro especializado e, ao mesmo tempo, a garantir a manutenção de um leque alargado de edição disponível.

Foi assumido um compromisso claro de alargamento nacional da Rede de Bibliotecas Públicas, prevendo-se um ritmo de aprovação anual de financiamento a vinte bibliotecas municipais, o que, em resultado, fará a cobertura total do continente no ano 2005.

Procedeu-se a um reforço ao apoio económico-financeiro à rede livreira do país e também a um reforço ao apoio à edição privada, com particular ênfase no progra-



ma de reposição dos clássicos portugueses de que não existe no mercado edição disponível.

Foi ainda criado um programa permanente de acções de promoção da leitura direccionadas a públicos muito diversificados, não só de bibliotecas e escolas, mas também de prisões e hospitais.

Quanto às acções destinadas a promover o estatuto dos escritores, poetas e ensaístas e a estimular a literatura portuguesa, foram relançadas as Bolsas de Criação Literária.

Por último, deve fazer-se referência a uma iniciativa importante relativa aos países africanos de língua oficial portuguesa e que se traduziu na criação da Rede Bibliográfica da Lusofonia.

III - No domínio da criação, salientese, no campo do Cinema e do Audiovisual, a preocupação do Governo em, logo no início da actual legislatura, promover a aprovação de novos regulamentos para o financiamento do cinema, acabando com a falta de rigor que constituía a atribuição de subsídios casuísticos nesta área.

Foi também uma preocupação primordial a definição da regularização das dívidas dos produtores ao Estado relativas a projectos financiados pelo IPACA e que não tinham chegado a bom termo, situação que se mantinha desde o início dos anos oitenta.

Procedeu-se à assinatura de protocolos com a RTP e com a SIC, com o objectivo de aumentar a produção cinematográfica e audiovisual e assinou-se também um protocolo com os distribuidores cujo objectivo é o de financiar e garantir a exibição do cinema português. No âmbito do financiamento à produção, foi ainda celebrado um

acordo com a SIC para permitir a produção de trinta telefilmes no próximo triénio.

No prosseguimento da definição de uma política integrada para os sectores do cinema, do audiovisual e do multimédia, foi publicado um diploma orgânico que criou o Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia (em substituição do IPACA) e o novo Conselho Interministerial para o sector. Foi ainda aprovada uma nova lei do Cinema, Audiovisual e Multimédia.

Este Governo deu início à actividade do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento, que se integra na Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema.

Foi criado o Instituto Português das Artes do Espectáculo cujas funções são de apoio ao teatro, à música e à dança e cuja acção é também a de aumentar as itinerâncias, a descentralização e a internacionalização daqueles sectores da cultura portuguesa. Em paralelo foram publicados novos regulamentos para o financiamento das mesmas áreas de criação.

Foi dada autonomia aos teatros Nacionais de D. Maria II (em Lisboa) e São João (no Porto), foram extintos o Instituto Português do Bailado e da Dança e a Fundação de São Carlos para dar lugar, respectivamente, à Companhia Nacional de Bailado e ao Teatro Nacional de São Carlos. Procedeu-se ainda à reestruturação da Orquestra Nacional do Porto.

No que respeita ao Centro Cultural de Belém, houve lugar a uma definição estratégica da vocação cultural dos seus diversos espaços, nomeadamente nas áreas das artes do espectáculo e das artes plásticas.

Criaram-se o Instituto da Arte Contemporânea e o Centro Português de Fotografia, para lançamento de uma política activa

nasquelas duas importantes actividades de criação.

Desenvolveu-se uma nova política de mecenato para o sector das artes do espectáculo, não só através da reformulação do clausulado legal que enquadra o apoio dos mecenas, mas também pela assinatura de protocolos plurianuais destinados a permitir um apoio privado aos grandes organismos de criação do Ministério da Cultura: Teatros Nacionais de São Carlos, de D. Maria II, de São João e Companhia Nacional de Bailado. Neste âmbito foi ainda assinado um protocolo que vai permitir a recuperação, em todo o país, de antigas casas de espectáculo, hoje degradadas, o que permitirá a criação de uma rede de teatros históricos.

IV - Para a prática efectiva da descentralização cultural foram criadas delegações regionais do Instituto Português do Património Arquitectónico e nove extensões regionais do Instituto Português de Arqueologia. Criaram-se, também, dois Centros Regionais de Artes do Espectáculo, um no Alentejo (Évora) e outro nas Beiras (Viseu). Conceberam-se novos circuitos de itinerância - os Itinerários Culturais e os Itinerários Principais e desenvolveu-se o programa *Raízes - A Cultura nas Regiões* no âmbito do qual se tem preparado a Magna Carta da Descentralização Cultural e em cujo término se realizará a Convenção Cultural das Regiões.

V - No âmbito da internacionalização, embora a presença da cultura portuguesa no estrangeiro seja uma tarefa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao Ministério da Cultura cabe colaborar e enquadrar, através dos seus organismos, a presença dos nossos criadores em todo o mundo. Entre os acontecimentos que projectaram a cultura portuguesa na cena internacional, nos últimos três anos, convém destacar o facto de em 97 Portugal ter sido país-tema em Frankfurt, na maior feira do livro do mundo e também na ARCO 98 de Madrid, a maior feira internacional de arte contemporânea.

Do ponto de vista da presença portuguesa em festivais, mencione-se a organização do 1º World Festival na inauguração do *New Jersey Performing Arts Center* de Newark, em 1997, e de *Navegar é Preciso* no Brasil, em 1998. Trata-se de acontecimentos que contaram com uma presença exclusivamente portuguesa ou lusófona nos sectores do teatro, da dança, da música e das artes plásticas.

Por último, uma referência a dois acontecimentos de primordial importância para a nossa cultura: a decisão do Conselho de Ministros da União Europeia que instituiu o Porto, em parceria com Roterdão, como capital europeia da cultura em 2001 e a classificação do Vale do Côa como Património Cultural da Humanidade, no processo mais rápido de sempre na história da UNESCO.

RECONHECIDAS 67 NOVAS EQUIPAS

O Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) reconheceu, na semana passada, 67 novas unidades de investigação científica e tecnológica, destacando-se as da Saúde, para o Programa de Financiamento Plurianual.

Ascendem assim a 318 as unidades de investigação abrangidas por este programa financiador, que lhes proporcionou 1,5 milhões de contos em 1996, 4,0 Mc em 1997 e 5,0 Mc em 1998, refere a propósito um documento elaborado pelo MCT.

Segundo o texto divulgado pelo ministério, o Programa Plurianual é uma realidade desde 1994, ano em que foi aberto concurso para unidades de investigação com forte ligação universitária e integradas em universidades, institutos politécnicos, instituições privadas sem fins lucrativos ou instituições públicas especialmente vocacionadas para actividades de investigação científica e tecnológica. Foram então aprovadas 270 unidades de investigação.

Em 1996 foi adoptado um novo modelo de financiamento plurianual, baseado em critérios de responsabilização, avaliação independente e estabilidade.

O financiamento plurianual foi então reforçado, passando a ser composto por duas parcelas: um financiamento de base e um financiamento programático especial. O financiamento de base indexado ao nú-

mero de investigadores doutorados e à avaliação da actividade relevante, e o programático especial para algumas unidades em função das necessidades específicas detectadas pelos avaliadores.

Esta reforma do modelo de financiamento incluiu ainda a possibilidade de recrutamento de doutorados, pela própria instituição e por um período até três anos.

A avaliação das unidades passou a ser feita por painéis de avaliação essencialmente constituídos por cientistas estrangeiros e a incluir a interacção directa entre os avaliadores e elementos das unidades avaliadas, através de visitas dos avaliadores às unidades ou em sessões de apresentação das próprias unidades (processo típico de apresentação de novas candidaturas).

A avaliação passou a ser um exercício periódico (de três em três anos) e os seus resultados um mecanismo aferidor da estratégia de investimento público em matéria de investigação científica e tecnológica.

Segundo os resultados da avaliação, que inclui pareceres dos avaliados, o financiamento das unidades pode ser mantido, reforçado, diminuído ou mesmo descontinuado, como aconteceu a 12 unidades, em consequência do processo de avaliação de 1996.

As unidades passaram a ter de dotar-se de contabilidade individualizada, de regras

explícitas de designação da direcção científica, de planos e relatórios anuais de actividade e de uma comissão de aconselhamento externa, com participação internacional.

O reforço financeiro que acompanhou este novo modelo plurianual fez com que o montante global de financiamento passasse de 1,5 milhões de contos em 1996 para 4,0 milhões de contos em 1977 e atingisse em 1998 os 5,0 milhões de contos.

Outra alteração introduzida por este modelo é o reforço automático do financiamento de base em função do acréscimo de doutorados resultante da actualização anual das equipas de investigação. Em 1999, pela primeira vez, essa actualização vai decorrer *on-line*, através da Internet, o que permite reduzir substancialmente os tempos de actualização.

Num quadro de rejuvenescimento do sistema científico nacional, o ano de 1997 foi palco de um concurso para novas unidades de investigação, que numa primeira fase registou 135 pré-candidaturas.

Após esta fase, procedeu-se à formalização das candidaturas, tendo-se apresentado 89 propostas de novas unidades de investigação, 15 por cento das quais resultantes de divisões ou fusões de unidades já existentes, cuja recomposição, em muitos casos, tinha sido sugerida pela avaliação de 1996.

O Programa de Financiamento Plurianual

de Unidades de Investigação apresenta-se assim englobando 318 unidades, número que, segundo o MCT, poderá ainda aumentar, visto que falta ainda concluir a avaliação da área de Sociologia e de um centro de Geotecnia.

As unidades de investigação aprovadas assumiram compromissos de investigação em áreas como, entre outras, a Matemática, Física, Ciências Biológicas, da Terra e do Espaço, do Mar, Agrárias, da Saúde (um número recorde de onze unidades), Engenharia Mecânica, Electrotécnica e Informática, Economia e Gestão, Ciências da Educação e Psicologia, Filosofia e História.

O quadro de valores descrito destina-se ao financiamento regular das instituições, para o seu funcionamento, porque todas elas poderão receber por cada projecto apresentado, quando aprovado, os respectivamente montantes decididos.

Quer dizer, para os actuais 1 500 projectos de investigação em curso foram destinadas verbas da ordem dos 25 milhões de contos. Em 1995 os 183 projectos aprovados absorveram financiamentos da ordem dos 2,7 milhões de contos.

A política anterior à da actual administração da área da Ciência e da Tecnologia privilegiou o financiamento de grandes infra-estruturas, apostando-se hoje, ultrapassadas outras carências, no investimento em bolsas, projectos e instituições.

INVESTIGAÇÃO

Desenvolvimento

CLONAR PÓLOS...

«S e apostamos em vencer o atraso estrutural numa geração, os actuais pontos fortes do País têm que ser ainda mais fortes», defendeu, no dia 13, em Lisboa, o ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

João Cravinho disse na sessão de abertura da conferência de lançamento do projecto Listart (Programa RITTS - esforço europeu para o aumento da capacidade de inovação tecnológica ao nível regional) que temos de ser ainda mais fortes nos pólos que já se revelam mais desenvolvidos, porque estes ainda estão atrás de muitos outros na Europa.

O governante desafiou os participantes a elaborarem um relatório que aponte para soluções, porque, segundo afirmou, «diagnósticos já temos de sobra».

«Não aceito que Lisboa recolha 60 por cento dos investimentos públicos e privados em Investigação e Desenvolvimento, mas pensar que a capital já está suficientemente desenvolvida é gravemente errado», explicou Cravinho.

«Não pode pensar-se em abdicar de investimentos nesta área na região de Lisboa em benefício de outras regiões, até porque as

grandes prejudicadas seriam, para além das populações da capital, as de outros centros urbanos em processo de desenvolvimento», concretizou o ministro.

Para João Cravinho, «é preciso instalar um equilíbrio dinâmico, valorizar concentrações e repercuti-las por todo o território».

Lisboa e Vale do Tejo é uma das 70 regiões da Europa seleccionada para participar no Programa RITTS, que tem como designação Listart.

O Listart foi proposto pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, em parceria com a Agência de Inovação.

Participam igualmente neste projecto o Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia e o Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária.

Os objectivos do Listart visam a avaliação da oferta regional ao nível dos serviços de apoio à inovação e transferência de tecnologia e a análise de necessidades de apoio às empresas, no que respeita à adopção de tecnologias e inovação.

Outros objectivos são a promoção do debate entre os vários actores, nomeadamente fornecedores de serviços tecnológicos e de inovação, empresas e administração

pública, por forma a gerar consensos em torno de acções integradas de apoio à inovação tecnológica e a definição de uma estratégia de inovação regional e de um plano de acção a implementar a médio prazo.

O projecto Listart constituiu-se, portanto, como uma plataforma para o debate, pretendendo conciliar e integrar acções sectoriais que abrangem as actividades de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, planeamento e desenvolvimento económico regional.

Segundo as novas perspectivas do desenvolvimento económico regional ou nacional (dito endógeno) a inovação tecnológica constitui, mais do que a acumulação de capitais e infra-estrutura, o verdadeiro motor do desenvolvimento económico.

A inovação tecnológica é um processo colectivo, dinâmico e complexo, envolvendo muitos actores sociais e económicos, indivíduos, instituições e empresas.

O sucesso da inovação depende em grande parte da capacidade das empresas, instituições e administração pública de desenvolver e aplicar novos conhecimentos.

A Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT) vai elaborar, nos próximos 19 meses, um plano regi-

onal de inovação tecnológica, no âmbito do projecto Listart.

O facto de a região de Lisboa e Vale do Tejo concentrar cerca de 60 por cento do total nacional das despesas públicas e privadas em Investigação e Desenvolvimento foi uma das razões que levaram o CCRLVT a propor a concretização de um projecto que visa introduzir melhorias no domínio da inovação tecnológica.

O projecto é financiado em 50 por cento pela União Europeia - através do programa RITTS - pela CCRLVT, Ministério da Economia, Agência de Inovação e Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária.

O Programa RITTS, que enquadra o projecto Listart, visa reduzir o hiato tecnológico entre regiões europeias.

Com efeito, existe uma elevada concentração de actividades tecnológicas inovadoras nas chamadas «10 ilhas de inovação» - Grande Londres, Roterdão/Amesterdão, Ilha de França/Paris, Rhur, Frankfurt, Estugarda, Munique, Lion, Turim e Milão.

Estas «ilhas de inovação» representam actualmente cerca de 80 por cento das despesas e das actividades de colaboração em Investigação e Desenvolvimento na Europa.

FERRO RODRIGUES DESAFIA PAÍSES DA UE A INVESTIGAREM

O ministro do Trabalho e da Solidariedade desafiou no dia 18 todos os países da União Europeia a fazerem inquéritos credíveis sobre o trabalho de menores, declarando-se convicto de que o problema não é um exclusivo de Portugal. Ferro Rodrigues, que falava na cerimónia de investidura do presidente do Conselho Nacional contra a Exploração do Trabalho Infantil (CNETI), comentava os resultados de um estudo feito em Portugal em colaboração com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) que contradiz algumas das «suposições» existentes sobre o tema.

«A exploração do trabalho infantil em Portugal existe mas está circunscrita a poucas dezenas de milhares de casos e não aos 200 mil que foram e são falados por organizações internacionais nem sempre por bons motivos», frisou o governante.

Aos jornalistas, no final da cerimónia, Ferro Rodrigues lamentou que a questão do trabalho infantil apareça por vezes como «política de concorrência» e que essa «etiqueta» seja colada ao País.

«Estou certo que haveria a surpresa (caso fossem feitos inquéritos semelhantes ao realizado em Portugal) de verificar que em países muito mais desenvolvidos o fenómeno existe também com alguma importância», salientou.



De acordo com o estudo, cuja apresentação pública está marcada para o final do mês, «apenas pouco mais de 11 mil crianças são consideradas como funcionando como trabalhadoras por conta de outrem e portanto em claras condições de exploração».

Salientando que «a exploração do trabalho infantil é hoje felizmente uma realidade em Portugal claramente minoritária», o ministro adiantou que «o trabalho infantil em sentido lato, que não é exactamente identificável

com a exploração, varia entre cerca de 20 mil e de 40 mil consoante a interpretação dos adultos responsáveis ou das próprias crianças».

Os «trabalhos domésticos» (que as crianças consideram como trabalho e os adultos não) explicam a diferença entre um e outro número.

O estudo indica ainda que «quase 75 por cento do trabalho infantil em sentido lato é efectuado no seio da família sendo as crianças não remuneradas», o que explica que

os sectores onde este tipo de trabalho mais se localiza sejam a agricultura, o comércio e a hotelaria (75 por cento, contra 18 por cento na indústria e construção).

Salientado pelo ministro foi ainda o facto de quase 80 por cento das crianças que declararam trabalhar referirem frequentar regularmente a escola.

O trabalho do presidente do CNETI, Mário Pinto, será assim, segundo o governante, contribuir para «continuar a fazer da exploração do trabalho infantil uma realidade em processo de extinção no nosso país».

Batalha cultural

Mário Pinto, que apontou como prioridade no trabalho do CNETI a análise do inquérito, salientou que a «batalha» que vai travar «é eminentemente cultural, até mesmo quando tem causas económicas».

«E sendo eminentemente cultural, ela é mais difícil ainda de ganhar», frisou, adiantando ser assim mais necessária a cooperação entre entidades oficiais e sociedade civil.

Referindo que «o CNETI corporiza uma exemplar forma de responsabilização e de actuação das entidades públicas e privadas, que merece ser apoiada e participada», Mário Pinto explicou ser este um dos motivos porque aceitou o convite do ministro para a presidência daquele órgão.

POBREZA NÃO SE RESOLVE APENAS COM O AUMENTO DA DESPESA SOCIAL

«Bastava que os não pobres deixassem de consumir quatro por cento para tapar o que falta aos pobres.»

Alfredo Bruto da Costa

«É possível erradicar a pobreza em Portugal, mas o problema não se compadece com sobras nem com uma cultura de dependência.»

A afirmação é do especialista em políticas sociais Alfredo Bruto da Costa, que pôs o dedo na ferida no que concerne à problemática do combate à pobreza, ou seja, só um projecto de mudança da sociedade, de cariz socializante, que tenha por objectivo uma maior igualdade na distribuição da riqueza entre todos os cidadãos poderá com êxito eliminar o flagelo da pobreza.

«A luta contra a pobreza não se resolve com sobras, nem financeiras nem de outro tipo, ou seja, mantendo a sociedade na mesma, sem mudanças sociais», afirmou.

O antigo ministro dos Assuntos Sociais, que é um dos mais conceituados estudiosos no País do fenómeno da pobreza e exclusão social, intervinha num debate, realizado re-

centemente em Coimbra, que serviu para o Presidente da República auscultar ataracas da zona Centro, representantes de outras instituições e especialistas sobre iniciativas de Luta Contra a Pobreza.

Bruto da Costa e Luís Capucha, sociólogo e adjunto do coordenador do Projecto Vida, foram os dois especialistas participantes no debate, que se estendeu por mais de três horas.

Jorge Sampaio, que esteve no debate sobretudo como ouvinte, abriu as intervenções começando por afirmar «não ter a certeza que seja possível erradicar todas as formas de pobreza e de exclusão social».

«Mas isso não torna a pobreza aceitável nem nos dispensa de mobilizar todos os meios ao nosso alcance para reduzir significativamente a sua amplitude e profundidade dos seus efeitos», sustentou.

Distâncias económicas e sociais

Jorge Sampaio recusou, «como cidadão e como Presidente da República, esquecer ou tornar-se insensível às distâncias económicas e sociais, muitas vezes profundas, que ainda separam os portugueses».

Considerou que «Portugal está a reagir aos problemas da pobreza e da exclusão social com políticas mais integradas».

Salientou, a propósito, o papel que o poder local tem vindo a assumir no seu combate. Para Bruto da Costa, a pobreza «não se resolve apenas com o aumento da despesa social», nem é uma questão para amadores». É, acrescentou, «para além de um problema técnico, científico e político, também cultural, abrangendo não só os pobres mas toda a sociedade».

«Toda a gente é pobre quando ha subsídios, trata-se de uma cultura de dependência que está em toda a sociedade. Pergunto se a fraude fiscal não é a outra face de um mesmo problema», sublinhou.

O membro da comissão de peritos independentes para a avaliação da Carta Social Europeia salientou que «não mais de dez por cento dos pobres em Portugal são desempregados, e cerca de 80 por cento são pensionistas ou trabalhadores com salários baixos».

Desempregados e pensionistas

No seu entender, «não é por falta de re-

ursos» que existe pobreza em Portugal, porque - acrescentou - «bastava que os não pobres deixassem de consumir quatro por cento para tapar o que falta aos pobres».

O sociólogo Luís Capucha, por sua vez, afirmou que a pobreza «não é uma calamidade», ao defender como possível nos dias de hoje erradicá-la no País, não obstante o «combate difícil e complexo».

«A vontade política tem de ser afirmada. A pobreza não é uma força misteriosa, mas o choque de várias forças sociais», disse. Luís Capucha defendeu que o combate à pobreza «não deve ser apenas no plano das intervenções locais, requer a sua conjugação com políticas económicas, de saúde, educação, habitação, de formação e emprego».

No final, Jorge Sampaio considerou o debate «muito rico» e anunciou que resultará num livro organizado pelo seu gabinete.

«Não promovo estas reuniões para dar respostas ao Executivo, mas para que as questões venham do de cima, porque se desdramatizam umas e aprofundam outras», explicou.

SOS MULHER

O ministro da Justiça, Vera Jardim, inaugurou, no dia 18, no Porto, uma linha telefónica para apoio a mulheres vítimas de violência, depois de um período experimental de 50 dias em que registou 278 chamadas de todo o País.

A nova linha SOS (0800 202 148) está instalada, com sistema de espera, na delegação regional do Norte da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (CIDM), constituindo o primeiro «número verde» de âmbito nacional e gratuito que presta informação nesta área.

Durante o período experimental, entre 12 de Novembro e 31 de Dezembro do ano passado, o serviço registou 278 chamadas, a maioria das quais provenientes de Lisboa (45), Porto (17) e Sintra (13).

Segundo o ministro da Justiça, Vera Jardim, a violência sobre mulheres, crianças e idosos tem constituído «uma preocupação» para o Ministério da Justiça, realçando a aplicação de diversas «medidas legislativas» tendo em vista o combate ao fenómeno.

O governante destacou uma recente alteração do quadro legislativo que permite ao Ministério Público «avançar com uma acusação em casos de extrema gravidade, independentemente da apresentação de queixa por parte da vítima».

«Foi, por outro lado, criada a possibilidade de as mulheres vítimas de agressão sexual irem, imediatamente, ao Instituto de Medicina Legal para serem examinadas, o que constitui um grande contributo para efeitos de prova», acrescentou.

Segundo o ministro da Justiça, esta possibilidade acabou com «a demora e a buro-

cracia que anteriormente provocavam, inúmeras vezes, a perda de provas».

Vera Jardim salientou, ainda, a proposta de lei que o Governo enviou já para apreciação na Assembleia da República relativa a protecção de testemunhas.

De acordo com o ministro, esta medida «permitirá que muitas mulheres percarn o medo de se queixa», fenómeno que - acrescentou - «atinge proporções dramáticas nos casos de tráfico de seres humanos, que envolve organizações internacionais e acaba, normalmente, em ameaças de morte às vítimas, impedindo que elas apresentem denúncias». Também presente na cerimónia da passada segunda-feira, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, sublinhou que as estatísticas relativas às mulheres vítimas de violência «estão a subir em Portugal, mas não são tão máis como em alguns países ditos mais civilizados».

Estes dados revelam, por um lado, que, «no nosso país, as mulheres estão a perder o medo e começam, finalmente, a denunciar os agressores», considerou Vitalino Canas. Salientou, contudo, que o facto de países como a Finlândia registarem números mais elevados do que em Portugal «pode não ser um bom sinal para nós».

«Isso significa, provavelmente, que la as mulheres têm menos receio de denunciar do que cá», disse o secretário de Estado. Para Vitalino Canas «é preciso dar a entender às mulheres que não faz mal falar sobre o assunto», acrescentando que a linha recém inaugurada constitui «um instrumento poderoso de combate à violência».

NOVO IMPULSO NAS RELAÇÕES LUSO-CHINESAS

Portugal e China concordaram criar «canais permanentes de contacto» no domínio económico e financeiro, procurando dar «um novo impulso» às relações bilaterais, anunciou, no dia 14, em Pequim, o ministro da Economia português.

O homólogo chinês de Pina Moura, Shi Guangsheng, visitará Portugal até ao fim de 1999 e duas missões empresariais portuguesas, da EDP e da indústria de calçado, deslocar-se-ão brevemente à China para «aprofundar planos de cooperação».

«Foi uma reunião muito útil e positiva, que marca, verdadeiramente, o início de um novo impulso nas relações económicas entre Portugal e a República Popular da China», disse Pina Moura no final da reunião da Comissão Económica Mista Luso-Chinesa.

A «reactivação» da Comissão, que não reuina há mais de cinco anos, foi decidida durante a visita que o primeiro-ministro português, António Guterres, efectuou à China, em Abril passado.

«Chegou o momento de darmos um grande salto no desenvolvimento das relações económicas luso-chinesas», disse na altura Guterres.

A reunião de Pequim ficou marcada pelo anúncio da primeira *joint-venture* luso-chinesa na área da energia, constituída entre o Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) e a North Power China Group.

«É uma oportunidade excelente e abre um grande potencial de credibilidade para Portugal», disse o director-geral adjunto do ISQ, José Oliveira Santos.

A nova empresa, com um capital de 100 mil contos, prestará «serviços de engenharia de manutenção» nas centrais térmicas daquele consórcio, um dos maiores da China e que produz 50 vezes mais electricidade que a EDP.

Durante a reunião, Pina Moura apresentou uma proposta para o BNU poder operar na China com a moeda local (yuan), uma autorização concedida apenas a uma dezena de grandes bancos internacionais.

«O ministério chinês do comércio externo e cooperação económica prometeu grande empenho político para que essa possibilidade se concretize, devendo agora decorrer negociações técnicas entre o BNU e o Banco Popular da China (banco central)», disse o ministro português da Economia.

Pina Moura propôs também que um quarto da linha de crédito de 200 milhões de dólares aberta em 1994 para apoiar as exportações portuguesas para a China contemple os bens de consumo.

A referida linha de crédito, concebida essencialmente para projectos de longo prazo, nunca foi utilizada por ser considerada «pouco atractiva» e «muito restritiva».

Portugal é o país da União Europeia que menos exporta para a China e mesmo no caso da cortiça, sector em que é o primeiro produtor mundial, vende apenas 45 por cento do que os chineses compram.

Em 1998, as exportações da China para Portugal aumentaram cerca de 30 por cento, ultrapassando os 200 milhões de dólares, enquanto as suas importações, estimadas em menos de 30 milhões de dólares, diminuíram quase 45 por cento.

«Há um excelente ambiente nas relações políticas entre Portugal e a China, mas no plano económico estamos muito aquém do que é necessário e possível», afirmou Pina Moura.

«É uma grande fragilidade e não está em sintonia com o processo de internacionalização das empresas portuguesas», disse ainda o ministro da economia português.

RECEITAS FISCAIS EM DEZEMBRO

Numa nota à Comunicação Social, o Ministério das Finanças refere que os resultados das contas públicas apurados provisoriamente no final do exercício de 1998 revelam uma «taxa de crescimento» da receita fiscal global em relação à cobrança efectiva de 1997 de 10,3 por cento.

Esta taxa supera significativamente quer a taxa de crescimento inscrita no OE/98 (7,3 por cento) quer a taxa de crescimento nominal da economia (à volta de 7 por cento), quer ainda os efeitos decorrentes de certos fenómenos extraordinários, como a Expo-98, sendo explicável, em larga medida, pelo incremento da eficiência fiscal, nomeadamente pela acção dos serviços de inspecção e pela melhoria dos sistemas de informação, bem como por uma mudança, em sentido cada vez mais positivo, da atitude dos contribuintes perante as obrigações tributárias.

Como elementos mais significativos, o comunicado do Ministério das Finanças refere, entre outros, «o crescimento relativamente idêntico dos impostos directos e in-

directos, o importante crescimento das receitas dos impostos geridos pela DGAIEC, na ordem dos 13,2 por cento, e o facto de apenas o Imposto de Selo ter tido, devido às repercussões das baixas de taxa e da extinção de importantes verbas, um comportamento inferior ao do OE/97».

Impostos directos e indirectos

No que concerne aos impostos directos, o Ministério das Finanças salienta o crescimento do IRC, «revelador do bom momento que atravessam as empresas e reflectindo os resultados positivos da aplicação do pagamento especial por conta».

Relativamente aos impostos indirectos, a nota do Ministério das Finanças refere que «os níveis de aumento são igualmente significativos em sede de IA (Imposto Automóvel), indiciando uma antecipação das decisões de compra dos consumidores e a opção por veículos de mais lata cilíndrica».

J. C. C. B.

UM PRIMEIRO ANO POSITIVO

O coordenador do ProAlentejo, Carlos Zorrinho, fez no passado dia 13, em Évora, um balanço positivo do primeiro ano de existência do programa, que pretende tornar o Alentejo «numa região fortemente competitiva».

O ProAlentejo, Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo, foi criado há cerca de um ano pelo Governo, constituindo, segundo Carlos Zorrinho, «um enorme tónico financeiro e estratégico» aprovado para a região alentejana.

Ao fazer o balanço do primeiro ano de actividade do programa, Carlos Zorrinho realçou a necessidade de ser «garantida a sustentabilidade do desenvolvimento do Alentejo».

Nos meses de Abril e Maio, ProAlentejo

promoverá umas jornadas intituladas «Alentejo, uma terra com futuro», que visam fazer uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento do Alentejo, tendo como referência as oportunidades decorrentes do novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Carlos Zorrinho indicou ainda que continua a avançar o projecto de criação da Escola de Formação de Pilotos em Évora, estando em elaboração um protocolo entre as várias entidades intervenientes.

O balanço da actividade do ProAlentejo durante o ano de 1998 foi feito, também na passada semana, durante a terceira reunião da Comissão de Acompanhamento do programa, antecedida da décima reunião do Conselho de Gestão, com idêntico objectivo.



Abrantes

Centro de Atendimento de Toxicodependentes

Abrantes vai ter, brevemente, um Centro de Atendimento de Toxicodependentes (CAT). O auto de consignação referente a esta obra foi assinado no passado dia 8 entre a Câmara Municipal de Abrantes e uma empresa local.



Prevê-se que a obra possa estar concluída em finais de Março, entrando de imediato em funcionamento, com vista a desempenhar um importante papel no apoio a toxicodependentes em recuperação.

Albufeira

Prémios Municipais de Literatura

A Câmara Municipal de Albufeira instituiu os Prémios Municipais de Literatura, nas áreas da Prosa e Teatro. Com esta iniciativa, a edilidade pretende apoiar a edição de livros de autores nascidos ou residentes no concelho, assim como a edição de livros por entidades particulares e instituições de Albufeira. A autarquia visa ainda com esta iniciativa apoiar a edição de livros de autores e entidades exteriores ao concelho, mas que tenham manifestamente um interesse directo e excepcional para Albufeira.



O apoio poderá realizar-se segundo duas modalidades: a um projecto de edição ou aquisição de livros já distribuídos. As obras concorrentes deverão ser entregues na Câmara Municipal ou enviadas por

correio até ao dia 1 de Março. O apoio ao projecto de edição tem um valor máximo de mil contos. Relativamente ao apoio à aquisição, a autarquia adquirirá cem exemplares da obra a preço de capa, num valor de 250 mil escudos. Os interessados poderão obter informações sobre esta relevante iniciativa no Sector da Cultura da Câmara.

Câmara adquire terreno na Guia

A Câmara de Albufeira deliberou adquirir um terreno no Sítio das Cortelhas, no valor de 10 mil contos. O terreno localiza-se junto ao Lar da 3ª Idade e Estádio Municipal das Cortelhas e está contemplado no Plano Director Municipal como zona de expansão de equipamentos desportivos.

Limpeza dos cursos de água

O município de Albufeira adjudicou a empreitada de reabilitação da Rede Hidrográfica no valor de aproximadamente 6 700 contos. A empreitada consiste na limpeza e desobstrução das principais linhas de água do concelho.

Exposição de pintura

Está patente ao público até ao dia 7 de Fevereiro, na Galeria Municipal de Albufeira, uma exposição de pintura do algarvio Martins Leal. A mostra, intitulada «Rotas da Ria», foi inaugurada no passado dia 9 de Janeiro.

Cabeceiras de Basto

III Encontro de Cantadores de Janeiras

Numa organização da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, realizou-se no passado dia 17 o III Encontro de Cantadores de Janeiras, que decorreu no mercado municipal. Actuaram cerca de duas dezenas de grupos de todo o concelho, pertencentes a associações culturais, ranchos folclóricos, escolas e paróquias. Ao organizar este evento, a autarquia tem como objectivo recriar as melhores e mais genuínas tradições e costumes de Basto, bem como estimular a defesa do património cultural, etnográfico e musical.

Cascais

Revista «Boca do Inferno»

Subordinada ao tema «Local e Universal», a revista «Boca do Inferno», editada pela Câmara Municipal de Cascais, chegou ao seu terceiro número, coincidindo a sua publicação com a introdução de algumas alterações tendentes a torná-la mais informativa e apelativa para os leitores que nela se habituaram a ver harmonizadas estas

duas vertentes identificadoras: a matriz local e a vocação universal.

Textos literários inéditos, artigos e pequenos ensaios, noticiário diversificado sobre a actividade cultural do município e ainda breves notas críticas completam o sumário deste terceiro número de «Boca do Inferno» - Revista de Cultura e Pensamento», uma publicação que, conjugando tradição e modernidade, pretende, fiel à memória e ao património cultural de Cascais, dar a ver, fora das suas fronteiras, aquilo que no concelho de Cascais se tornou perene e universal.

Fafe

Corta-mato escolar concelhio

Com o apoio da Câmara Municipal de Fafe, realiza-se no dia 27, nos terrenos do futuro parque da Cidade, um corta-mato escolar concelhio. O corta-mato é uma prova aberta à participação dos alunos das escolas do concelho, nos escalões de benjamins, infantis, iniciados, juvenis, juniores e seniores de ambos os sexos, com classificações individuais e colectivas. As distâncias a percorrer vão dos 1 500 metros aos 5 000 metros, havendo prémios para os primeiros classificados, individual e colectivamente.

Penha de França

Órgão de Informação

Uma entrevista com o presidente da Junta de Freguesia, João Jofre da Fonseca Costa, é o tema dominante de mais um número do «órgão de informação» da Junta de Freguesia da Penha de França.



Na entrevista, publicada nas páginas centrais com chamada de primeira página, o presidente da Junta, o socialista João Jofre da Fonseca Costa, faz um «balanço positivo» do primeiro ano à frente do Executivo, passando em revista algumas das medidas implementadas.

Nesta edição é dado ainda destaque a um vasto conjunto de iniciativas promovidas pela Junta de Freguesia da Penha de França, que conta ainda no Executivo com os camaradas Manuel Oliveira Duarte e Carlos Tecelão.

Porto

Mundial de Juniores de Basquetebol

Com vista à realização na Cidade Invicta (Pavilhão Rosa Mota) em Junho do Campeonato do Mundo de Juniores de Basquetebol (fase preliminar), a Câmara Municipal do Porto assinou no passado dia 13 um protocolo com a Federação Portuguesa de Basquetebol e com a Associação de Basquetebol do Porto.



De salientar que a realização deste evento desportivo no Porto reveste-se do maior interesse para a promoção do basquetebol e para a promoção da cidade do Porto.

Com este protocolo, a autarquia compromete-se, entre outros apoios, a suportar os encargos para a instalação e transportes no Porto das equipas durante nove dias.

Valença

Melhor ambiente

Na área da recolha dos lixos, a Câmara de Valença procedeu recentemente a uma campanha de consciencialização dos feirantes que utilizam a feira semanal de Valença, no sentido de cada um recolher os seus próprios desperdícios e os colocar num saco.



Esta medida, amiga do ambiente, além de mais higiénica, permite uma economia significativa de meios de limpeza no terreno da feira.

PS EM MOVIMENTO

ALVALADE

Mário Lourenço reeleito coordenador

A Secção de Alvalade vai continuar em boas mãos, com uma equipa dinâmica liderada pelo camarada Mário Lourenço.

O excelente trabalho desenvolvido pelo camarada Mário Lourenço vai ser aprofundado. Nas eleições para os órgãos dirigentes desta estrutura, a lista B, liderada pelo camarada Mário Lourenço, recolheu 86 votos, vencendo claramente a lista A, encimada pelo camarada António Silva Fernandes, e que era apoiada pelo camarada João Soares.

A lista perdedora, apoiada por João Soares, obteve 64 votos. Votaram 152 filiados, havendo a registar um voto branco e outro nulo.

AMADORA

Jantar comemorativo

Realizou-se no passado dia 19, no Pavilhão da Associação Académica da Amadora, um jantar comemorativo do primeiro aniversário da tomada de posse do camarada Joaquim Raposo como presidente da Câmara Municipal da Amadora.

A conquista da Câmara da Amadora, um bastião comunista por largos anos, pelo socialista Joaquim Raposo foi, efectivamente, um acontecimento político de grande relevância a nível autárquico que mereceu ser assinalado com um jantar de confraternização, que contou com a presença do camarada Jorge Coelho, presidente da FAUL.

Neste jantar de comemoração estiveram presentes numerosos militantes socialistas e presidentes de várias câmaras municipais do País eleitos em listas do PS.

CASCAIS

Tomada de posse da Concelhia

O camarada Jorge Coelho afirmou no dia 17 que o PS «é um partido unido e coeso, onde ninguém é perseguido por delitos de opinião».

Jorge Coelho, que falava durante a tomada de posse da Comissão Política da Concelhia do PS/Cascais, presidida pelo camarada Umberto Pacheco, criticou a postura dos dois líderes da AD recauchutada, versão estafada anos 90, afirmando: «É preciso não correr o risco de ter a governar o País aventureiros políticos, como têm demonstrado ser os líderes da oposição.»

Capazes de tudo

Para Jorge Coelho, os líderes da AD recauchutada «são capazes de tudo, até de colar autocolantes em pessoas acamadas e em corredores dos hospitais».

E perguntou: «Como é que se pode confiar nessa gente?» Só falta haver tiroeteio para se liquidarem fisicamente.»

COIMBRA

Vítor Batista reforça liderança

O camarada Vítor Batista reforçou a sua liderança na Comissão Política Concelhia de Coimbra do Partido Socialista, ao vencer no dia 16 o seu opositor, Humberto Conceição, por quase o triplo dos votos.

Dos cerca de 1 800 votantes, 882 (66,5 por cento) elegeram Vítor Batista, enquanto Humberto Conceição conquistou 295 votos (33,5 por cento).

Tratou-se do acto eleitoral para a Comissão Concelhia «mais concorrido de sempre», disse Vítor Batista, que fala num «reforço da sua liderança» e pretende, neste terceiro mandato, «inverter toda a estratégia seguida no anterior».

Desde 1995 na presidência da Concelhia, Vítor Batista enfrentou pela primeira vez uma lista adversária.

Venceu 17 das 21 estruturas, empatou numa e perdeu nas restantes, por 13 votos.

«Este resultado é uma grande derrota da lista alternativa e dos que não deram o rosto neste processo, e é revelador de uma avaliação positiva do trabalho por mim desenvolvido», considera.

Vítor Batista pretende agora retomar a estratégia que seguiu no primeiro mandato, que passa pela «afirmação e diálogo permanente com as estruturas».

A discussão de assuntos de interesse para o concelho com as instituições locais é outro dos projectos de Vítor Batista, com o objectivo de «aproximar as forças vivas em defesa da cidade e da região».

LISBOA

Pelo regresso de Julieta Sampaio

Maria Barroso e Guilherme d' Oliveira Martins integram um movimento de destacados militantes socialistas que querem ver Julieta Sampaio de regresso à actividade parlamentar.

Estes militantes socialistas são subscritores de um documento que abre um «dossier» onde é destacada a «actividade parlamentar» de Julieta Sampaio e o seu «empenhamento como assessora» do presidente da Assembleia da República.

«Está-se perante uma mulher que faz da política o seu objectivo de vida e a serve de forma nobre», lê-se no «dossier».

Exemplares do «dossier» já foram entregues ao secretário-geral do PS, António Guterres, ao presidente do PS e da Assembleia da República, Almeida Santos, ao ministro da Administração Interna e presidente da FAUL, Jorge Coelho, bem como a outros destacados dirigentes nacionais do PS.

PENELA

Lista de unidade

«Renovar o partido – preparar o futuro» foi o lema da lista única de unidade liderada pelo camarada Fernando dos Santos Vigário que concorreu às eleições para a Comissão Política Concelhia de Penela do PS, obtendo 95 por cento dos votos expressos.

«Somos um grupo de militantes que incluiu pessoas com anos de provas dadas de permanente dedicação ao partido e ao concelho e de novos militantes activos que, com certeza, trarão novas ideias e nova força à defesa dos princípios fundamentais do socialismo e da solidariedade que são património do PS», referem os membros da lista vencedora das eleições para a Concelhia de Penela.

Dinamizar as secções

«Para implementar as nossas ideias, referem, muito trabalho há a fazer, tanto a nível do concelho (dinamizar as secções existentes e criação de outras como a do Rabaçal, recrutamento de novos militantes, ouvir os autarcas eleitos do PS), como na participação nos grandes acontecimentos que são fundamentais para o bem-estar e todos os portugueses, nomeadamente nas eleições europeias de Junho e nas legislativas de Outubro».

PORTO

Orlando Gaspar reeleito

Os militantes do PS/Porto reconheceram o excelente trabalho efectuado pelo camarada Orlando Gaspar à frente da Concelhia nos últimos dez anos.

O camarada Orlando Gaspar foi reeleito líder da Concelhia do PS/Porto, obtendo 68 por cento dos votos, contra 32 por cento alcançados pelo camarada Laranjeira Vaz.

Na sequência da sua esmagadora vitória na Concelhia do PS/Porto, o camarada Orlando Gaspar defendeu que os militantes desta estrutura «não podem deixar de ser ouvidos quanto às soluções que vierem a ser tomadas, seja para as autarquias seja para quaisquer órgãos do poder da República».

O camarada Orlando Gaspar, que contou com os apoios de Narciso Miranda e de Fernando Gomes, acrescentou que os militantes «não abdicam dessa vontade».

Paralelamente, decorreu nesta estrutura a votação para secretário-geral, que foi das mais concorridas de sempre, obtendo o camarada Guterres cerca de 1 150 votos dos 1 197 votantes.

FAUL Encontro de militantes

Realiza-se hoje, dia 21, pelas 21 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, um encontro de militantes da FAUL.

O encontro tem como objectivo discutir a moção «A nossa via – uma relação de confiança com os portugueses», cujo primeiro subscritor é o camarada António Guterres.

No encontro vão estar presentes os camaradas Jorge Coelho, presidente da FAUL, e António Vitorino, secretário nacional do PS.

Grupo de João Soares no Grémio Literário

O Grupo de João Soares esteve reunido no passado dia 16 no Grémio Literário, em Lisboa.

Cerca de 20 soaristas, entre os quais Rui Cunha, Maldonado Gonelha e o coronel Eugénio Oliveira, grão-mestre da Maçonaria, discutiram, segundo o «Diário de Notícias», o futuro da governação.

Segundo declarou ao «DN» o líder deste Grupo, João Soares, o objectivo do encontro, em vésperas do Congresso do PS, «é pôr um grupo de socialistas a reflectir sobre o Governo, as autarquias, o País».

AMBIENTE

Nélson Geda



PIMENTA SEM SAL

Como militante de um partido plural, tenho sempre respeito por quem, com coerência, com honestidade e com determinação, luta por ideias e por objectivos que podem não ser as minhas ideias e os meus objectivos.

Tinha algum respeito pelo Deputado Pimenta e o senhor Deputado decepcionou-me. Decepcionou-nos a todos, descredibilizou o seu partido e descredibilizou a nossa representação no Parlamento Europeu. Teve uma intervenção desastrosa, alarmista, intelectualmente desonesta e oportunista nesta questão da co-incineração.

Não é aceitável, a todos os títulos, que tenha dito que as populações estavam a correr risco de morte, quando pacatamente vive em Bruxelas, no raio de acção de uma cimenteira, quando se sabe que são queimadas, anualmente, só na Bélgica, 220 mil toneladas de resíduos, utilizando o mesmo processo que este Governo decidiu implementar em Portugal para o tratamento dos resíduos industriais perigosos incineráveis.

Não é tolerável que na argumentação técnica tenha, propositadamente, tentado confundir tudo e todos, misturando o problema da incineração dedicada com o da co-incineração e a queima de resíduos perigosos e com o tratamento dos resíduos urbanos.

Não é admissível que cite normativos relativos a incineradoras dedicadas como se fossem normativos para a co-incineração,

questões que qualquer técnico sabe serem completamente diferentes.

Não é verdade, como o Deputado Pimenta afirma, que esteja a ser revista a directiva comunitária sobre resíduos industriais perigosos, quando, de facto, o que está a ser debatido, desde Setembro, no Parlamento Europeu, é a directiva sobre resíduos não perigosos.

Carlos Pimenta teve a notável originalidade de dizer que a questão dos resíduos era fácil de resolver - bastava estudá-los, reparti-los e guardar o que restasse, esperando por melhores tempos e outras tecnologias. Aliás, a explicação que nos deu, permitiu-nos finalmente perceber a política que o PSD seguiu à risca, nesta matéria durante 10 anos: guardou -ciosamente- o lixo nas mais de 300 lixeiras que nos legou a todos.

O Deputado Pimenta e o PSD basearam-se, talvez, para conseguirem deixar o país enterrado em lixo durante toda uma década, nos estudos diversos de que só se conhece o volume que, olímpicamente, está sempre sob a sua mão esquerda, nas aparições televisivas.

Durante 10 anos, o Deputado Pimenta e o PSD disseram que estudaram e inventariaram. Debruçaram-se sobre os problemas e analisaram. Esqueceram-se foi de trabalhar para nos tirarem o lixo da porta de casa. De acabarem de vez com a «lista de horrores» instalada por todo o país e que todos os dias punha em perigo a saúde dos portugueses. E de todo o tra-

balho feito, de todos os estudos, opiniões e consultas, a única ideia que brotou foi a construção de uma fábrica de queimar lixos tóxicos: a incineradora de Estarreja, filha ilegítima do Sr. Deputado, pois parece que também a enjeita. Como é conveniente.

De facto, agora a situação é completamente diferente. Para mal das aspirações do Deputado Pimenta nas próximas legislativas.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos foi elaborado e levado à prática, os aterros sanitários estão aí para se verem e este era um problema com a dimensão do país.

A situação anárquica dos resíduos hospitalares foi já equacionada sob a forma de um Plano Nacional de Resíduos Hospitalares e estará seguramente no terreno antes do PSD e o PP se desentenderem definitivamente. Nos próximos meses e provavelmente ainda na vigência deste novo secretário-geral do PSD.

A reciclagem está instalada em quase todo o território, a questão das embalagens está progressivamente a atingir a velocidade de cruzeiro, os aterros para os Resíduos Industriais Banais esperam apenas por legislação que está... pronta.

Quanto ao plano de redução dos resíduos industriais, questão que o PSD deveria ter resolvido antes de lançar a concurso a Incineradora de Estarreja, virá a lume antes de haver co-incineração nas cimenteiras, pois está a ser elaborado des-

de meados do ano que passou.

No que respeita à co-incineração, a opção política foi atempadamente definida, sem contestação. Foi feito o enquadramento legislativo e os estudos, nos quais se baseia a decisão, foram realizados por técnicos credíveis. As populações foram ouvidas e o debate público foi o mais participado de sempre. E só depois de todo este processo, longo de dois anos, foi tomada a decisão. Mas a decisão foi tomada.

Quando se colocaram questões de confiança e de mau relacionamento entre os cidadãos, a administração pública e a indústria, exacerbadas por um passado de incumprimentos e promessas, confiando embora na solução por que se optou, foi aberto o processo à participação activa da comunidade científica, das autarquias, dos movimentos associativos e da população. A comunidade vai poder acompanhar, fiscalizar e decidir sobre um projecto: o projecto de co-incineração de resíduos industriais em cimenteiras. Vai poder influenciar decisivamente o curso de um processo, fundamental para a requalificação ambiental do país, o qual seria, por tradição, circunscrito, apenas, a Lisboa e ao Terreiro do Paço.

Isto traduz, na prática, o espírito de diálogo e um novo estilo de governação. Não nos furtamos a decidir, mas criamos os mecanismos para que haja um acompanhamento real por parte dos cidadãos, aqueles para quem é exercido o poder público.

ELEIÇÕES

Carlos Capelas

OS ELEITORES REFORMADOS E DA TERCEIRA IDADE

Durante cerca de um quarto de vida, o animal humano cresce e, depois, vai envelhecendo até morrer. Assim a velhice, em muitos casos, arrasta-se penosamente durante anos. Portanto, os fenómenos humanos da velhice são um importante campo de estudo, razão porque os cientistas, em especial os da ciência política, têm interesse pelo grupo humano da terceira idade e reformados, isto é, os que já não concebem e estão ausentes do ciclo de produção. São eleitores no fim do ciclo da vida, muitos lutam pela sobrevivência, devido à doença, carências económicas, analfabetismo, isolamento e dificuldades várias perante o meio que os cerca.

É triste ser idoso. Mais triste é ser idoso e estar doente. E ainda mais é viver na miséria e no isolamento. E, infelizmente, muitos dos reformados e idosos têm tudo isto e ainda mais, porque muitos deles possuem pouca instrução cultural.

Quando os reformados e idosos vivem com aceitável suporte económico, regra geral, aceitam bem a velhice, sentem-se integrados e não acusam problemas de adaptação. Mas, igualmente sabemos, que os principais problemas dos idosos estão relacionados com a sua saúde, a perda das actividades profissionais, a diminuição do rendimento económico mensal, a falta do prestígio da vida activa, a inadaptação ao meio em que vivem, a falta de segurança e a maior parte dos idosos está neste grupo. Reconhecemos que nas últimas décadas muito tem sido feito pelos idosos e reformados, mas, infelizmente, muito ainda há por fazer, porque muitos deles vivem na miséria. São sobrevivências de tragédia. Faltam muitas estruturas não só a nível do bairro, como apoio domiciliário e centros de convívio. E nas cidades a ausência de hospitais de retaguarda, centros de saúde com melhor apoio humano, prático, não burocrático com eficiência e qualidade.

Portanto, elevada percentagem de reformados e idosos sentem que os responsáveis pouco se importam com a dignidade e o seu bem-estar, mas sim com a obtenção de votos deste grupo etário de eleitores. É conhecimento geral que os votos dos reformados e dos idosos, dada a sua elevada percentagem, contribuem para a vitória ou a derrota nas eleições. O voto dos idosos representa actualmente cerca de 27 por cento do total dos eleitores, o que no campo eleitoral é muito apetecível para os políticos, especialmente nas legislativas, em que estes votos contribuem para a constituição da Assembleia da República, para onde, compreensivelmente, há uma grande preocupação da quota das mulheres e dos jovens, mas, infelizmente, não mostram grande interesse, na representação proporcional dos deputados que representam os reformados e idosos na democrática Assembleia da República. Isto leva a pensar que quando um povo não cuida dos

seus idosos certamente vai encontrar dificuldades.

Os eleitores idosos poucos anos têm de vida e, portanto, no futuro, a poucas eleições irão votar. Assim, antes das eleições, devem estes pensar bem e interrogar-se. Para quem vão votar? O que o seu voto vai mudar para melhor as suas vidas nos poucos anos que lhes restam viver?

Não se defende a abstenção, mas sim que todos votem em democracia.

Qualquer idoso, mesmo com reduzido suporte económico e com escassos conhecimentos culturais, porque nunca lhe deram acesso, mesmo doente e na miséria, continua um cidadão e, se vota é porque tem esse direito. Então, tem igualmente o direito de saber para que serve o seu voto. O que vão fazer com ele. Como vão defender os interesses do idoso que votou e que em Portugal, os reformados e idosos já representam cerca de um terço dos eleitores.

PARLAMENTO EUROPEU

José Barros Moura*

A FORMA DE NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DA PRÓXIMA COMISSÃO EUROPEIA



Nos círculos da política europeia e em mais vastos sectores da opinião pública está em curso o debate, não só sobre os nomes de possíveis candidatos, mas também, sobre a forma de nomeação do próximo Presidente da Comissão Europeia.

Debate necessário porque o Tratado de Amesterdão reforçou o poder do PE na investidura do Presidente (o voto passou a ser vinculativo) e reforçou também o poder do Presidente indigitado na escolha dos Comissários (por acordo dele com os Governos nacionais), na definição do programa da Comissão e, uma vez esta nomeada, na ordenação e direcção política do Colégio de Comissários.

É, por isso, necessário, reforçar a legitimidade democrática e a responsabilidade política da Comissão e, desde logo, do seu Presidente.

É esse o principal propósito da ideia lançada por Jacques Delors e subscrita, entre outros, por Mário Soares e Felipe González, de organizar a campanha para as eleições europeias em torno, não só, de um programa político, mas também da escolha do Presidente da

Comissão, cabendo aos partidos políticos europeus apresentar publicamente ao eleitorado o seu candidato ao referido cargo.

A primeira consequência desejável seria a *personalização* da campanha eleitoral e, por esse motivo, uma maior visibilidade das instituições, compreensão racional e identificação emocional dos cidadãos com a própria União Europeia e os seus objectivos e políticas. Tudo isto ajudaria muito na construção, imprescindível, de um «espaço público» europeu.

A UE ganharia seguramente em prestígio, aproximação aos cidadãos e responsabilidade democrática.

O Parlamento Europeu discutiu a questão esta semana em relatório de Elmar Brok (PPE -Alemanha) que vai ao encontro desses objectivos, embora as exigências da «*realpolitik*» - que quer conservar intacto o poder de negociação e escolha pelos Primeiro-Ministros da personalidade a propor ao Parlamento Europeu - lhe tenham retirado clareza de proposta em benefício das fórmulas do compromisso parlamentar que sempre podem dizer tudo e o seu contrário...

Ficou, em todo o caso, e congratulo-me que tenha sido por proposta de alteração por mim apresentada, a proposta de que o Conselho Europeu escolha a personalidade a indigitar o Presidente da Comissão, tendo em conta os resultados eleitorais. Não é, por isso, admissível que o Governo alemão tenha a pretensão de iniciar o processo de designação da próxima Comissão no Conselho Europeu de Colónia em 3 de Junho de 1999, logo, antes das eleições europeias! O método assim proposto não impede a imprescindível implicação na Comissão das outras forças políticas relevantes e pró-europeias, através de Comissários em postos importantes.

E, sobretudo, ele não conflita com a natureza *intergovernamental* que, numa síntese original com o carácter *supranacional*, a UE e as suas instituições continuam a ter e é necessário que mantenham. Mas tal método é a única forma de a indigitação e futura nomeação da Comissão corresponder a um *real acordo* (previsto no Tratado de Amesterdão) entre o Conselho dos Governos e o Parlamento eleito directamente pelos cidadãos.

O Parlamento ganharia seguramente, ele próprio, em legitimidade (porque as eleições seriam mais participadas) e em responsabilidade. O Presidente da Comissão ganharia em autoridade perante os Comissários e perante os Governos. E isso é imprescindível para garantir que a Comissão seja o órgão independente com a função de impulso político à UE e de definição do interesse comunitário - que deve ser por força dos Tratados. E não o secretariado administrativo de um Conselho, assim, mais facilmente dominado pelos grandes Estados-membros! É claro que o sistema implicaria um desejável reforço da responsabilidade política da Comissão e dos seus membros individualmente considerados perante o Parlamento. A experiência da nomeação e desempenho da Comissão Santer e das circunstâncias que originaram a presente moção de censura aí estão para demonstrar que a «*realpolitik*» neste caso não conduz a soluções satisfatórias: nem para a UE e seu prestígio; nem para os Estados-membros e seus cidadãos; nem para o Parlamento Europeu e sua insubstituível função ao serviço da construção de uma democracia europeia!

TRATADO DE AMESTERDÃO

José Medeiros Ferreira

UMA NOVA ERA EUROPEIA



Com a introdução do euro e a próxima entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, bem se pode balizar uma nova era no processo de integração europeia.

O processo político europeu, concebido quando a Europa estava, na prática, tão dividida quanto a Alemanha no pós guerra, conseguiu assim ultrapassar um período assaz turbulento, consecutivo ao fim do conflito global russo-americano e à liberalização política dos países do Leste.

Para o efeito foi essencial manter a Alemanha, recém-unificada e aliviada do sustento dos cerca de novecentos mil soldados que assentaram praça de um e de outro lado do seu dividido território durante quarenta anos, ancorada na União Europeia e na NATO. A década de noventa foi consumida nessa operação cirúrgica.

A manutenção na NATO significou, entre outras coisas, a recusa germânica da arma nuclear. A âncora na União Europeia foi aprofundada com a alienação do marco como moeda federal e a sua troca pelo euro, moeda comunitária.

A Europa dotou-se de uma Alemanha unificada sem arma atómica nem moeda própria.

Se se acrescentar que tudo isto, e algo mais, foi conseguido sem o recurso a homens políticos de excepção, mas apenas com a ajuda da razoabilidade e do bom senso organizados à volta dos regimes democráticos representativos e pluralistas, esta operação de

restabelecimento do corpo geopolítico europeu é pouco menos do que admirável, embora haja poucos admiradores declarados. O euro aparece, de facto, tal qual António Guterres o anunciou depois da Cimeira de Madrid, como a pedra sobre a qual se construirá o novo edifício comunitário, sem o receio de novo cisma germânico, embora se tenha pretendido atribuir ao Banco Central Europeu alguns predicados da infalibilidade monetária...

A Alemanha é o país onde a introdução do euro trará mais consequências.

Cálculo que nos lander do Leste o euro será tão bem recebido como bem acolhida foi a rápida passagem do marco federal.

O euro em termos alemães servirá ainda como factor de coesão entre as duas partes unificadas, sublimando os símbolos do passado. O problema da nostalgia do marco é um fenómeno localizado na antiga parte oriental da Alemanha, que o viu nascer em 1948. A Alemanha «berlinese» será também a Alemanha do euro. Se a CDU conquistou a ex-RDA com o marco, o SPD triunfará agora nos lander do Leste com o euro.

Por outro lado, uma Alemanha sem arma nuclear, unificada e sem moeda própria, dotada de um forte regime democrático, federal, representativo e pluralista - ou seja, republicano como diria Kant, um dos seus ilustres cidadãos - é uma Alemanha apaziguada e apaziguadora no Centro do continente europeu. Eis um dado radicalmente novo na geoestratégia do séc. XXI.

Será com a Alemanha a presidir à União Europeia que se encetará este novo caminho traçado pelo euro, e se discutirá com os Estados Unidos a nova concepção da NATO que os aliados aprovaram em Washington em Abril próximo.

Os termos em que a Aliança Atlântica se confrontará com o disposto no artigo segundo do Tratado de Amesterdão sobre «a definição gradual de uma política da defesa comum, que poderá conduzir a uma defesa comum», não estão suficientemente esclarecidos e os dois lados do Atlântico sabem que haverá maior desembargo mútuo no assumir de divergências já entrevistas no papel a atribuir às Nações Unidas ou nas reformas a empreender no sistema monetário internacional.

Concomitantemente à introdução do euro, a revisão do tratado da União Europeia trouxe algumas novidades que tenho por relevantes em matéria de política externa e de segurança comuns e afirmo-o, com a ponderação de quem sempre defendeu, que em Maastricht se tinha congelado a criatura ao nascer, ao contrário do que se pretendia fazer crer.

Há, realmente, no respeitante à PESC, algumas modificações que permitem destravar o processo decisório da União em matéria de acções comuns, já porque a UE definiu melhor dos seus objectivos próprios, já porque da criação de uma zona euro coloca novas exigências no que concerne a defesa e a representação externas da nova moeda internacional.

Desenvolver-se-á naturalmente uma tendência para uma maior concertação de posições e para uma maior intervenção externa dos países dessa zona euro em que agora estamos envolvidos.

Assim, enquanto em Maastricht se bloqueou a PESC com os ferrolhos da dupla unanimidade, já em Amesterdão a figura da abstenção construtiva deve ser entendida como a abertura da porta para o exterior. As abstenções não impedem agora a aprovação das decisões. Os Estados que se abstenham não são obrigados a aplicar a decisão mas aceitam que as medidas tomadas o sejam em nome da União Europeia e que vinculem esta. É certo que a Grã-Bretanha pretende preencher o vazio da não adopção imediata do euro com o contributo activo da City para a credibilização internacional da nova moeda, e por uma aproximação às teses de uma política de defesa comum da União Europeia, mas não deixa de ser original estar agora Portugal à frente do seu antigo aliado britânico nas instâncias europeias.

Reside, aliás, nesse novo tipo de relacionamento entre Estados uma das garantias para o êxito da União Europeia.

A União Europeia encaminha-se para ultrapassar, na prática, as teorias realistas e funcionalistas das relações internacionais. Desde que se saiba analisar a cada momento o que verdadeiramente está em jogo. E a saber ver, sob o manto diáfano da fantasia, a nudez forte da verdade.

In «Diário de Notícias»

SOCIALISMO

Araldo Gonçalves*

LIDERAR O DEBATE DAS IDEIAS



Entre 24 e 25 de Outubro passado estiveram reunidos os líderes da União Europeia em Pörschach, na Áustria, para discussão da situação económica e social na Europa.

Desta vez, a cimeira revestiu-se de um significado particular, uma vez que onze dos quinze chefes de Governo presentes pertenciam à família social-democrata e socialista europeia, facto novo desde o início do processo de construção da Casa Comum europeia.

A circunstância serviu, do ponto de vista dos *media*, para sublinhar a diferença de discurso de Tony Blair e o núcleo histórico dos socialistas europeus, sobre a construção de um movimento internacional de centro-esquerda que reconcilie esse núcleo duro com os *apports* reformistas trazidos pela liderança democrática americana e pelo New Labour ao debate político da esquerda.

É na verdade a questão irresolúvel do que é a esquerda e qual a linha de prumo de um governo social-democrata na Europa que está verdadeiramente em causa e, mais uma vez, não parece que a velha tática de enfiar a cabeça na areia possa trazer algo benéfico a esse debate.

Os valores e bandeiras pelos quais a esquerda se bateu no pós-guerra, a intervenção de um Estado mobilizador e moderador, esbatido das diferenças e corrector das desigualdades, a eliminação das classes, a manutenção dos monopólios públicos, o reforço da política fiscal e tributária e a redistribuição através de um Estado-Providência cada vez mais alargado e burocrati-

zado, a priorização social sobre o económico e o individual estão hoje irremediavelmente ultrapassados.

Ultrapassados, em primeiro lugar, pelo facto de com o fim da Guerra-Fria e a implosão do comunismo a alternativa ao modelo autoritário e colectivista deixou de constituir uma alternativa, nos seus termos, uma vez que ocupa, nos nossos dias, a globalidade das relações económicas e sociais, representando aquilo que em termos de Economia Política se designa por capitalismo liberal ou, nas palavras de Immanuel Wallerstein, uma economia-mundo, um sistema-mundo, que ocupa a exclusividade do espaço económico.

Ultrapassados, em segundo lugar, pelo facto da globalização conferir aos problemas com que se confronta a sociedade dos nossos dias uma dimensão internacional, para além das convicções, culturas e opções civilizacionais, assemelhando, por essa razão, as medidas de política destinadas a encontrar-lhe respostas, aproximando irremediavelmente o discurso social-democrata dos liberais ou dos keynesianos.

Daí que não se possa deixar de falar, nos dias de hoje, de uma crise de identidade do pensamento da esquerda, do conjunto de crenças e valores que matizaram o socialismo democrático ou a social-democracia europeia, nos últimos cinquenta anos e que ainda se reflectem nos programas ou declarações de princípio da social-democracia europeia, pondo um fosso entre as exigências do económico e da sociedade e as respostas do político.

Estamos hoje, como afirma Alain Touraine,

perante um dilema: entrar plenamente na revolução liberal sacudindo o julgo das formas ultrapassadas ou corrompidas do Estado mobilizador-burocrático ou reconstruir, em novos moldes, um controlo político e social da economia.

O proteccionismo, que é tradicional ao pensamento da esquerda clássica e que defende os interesses instalados e as categorias intermédias, é hoje politicamente incosequente, eleitoralmente não mobilizador, uma vez que penaliza a iniciativa individual e se desinteressa dos excluídos.

Este proteccionismo, este neocorporativismo, resultante do intercâmbio recíproco, da interdependência mútua entre partido social-democrata e central sindical, na gestão dos assuntos do Estado e na realização do programa sindical, esgotou o seu significado, uma vez que por virtude da globalização e da internacionalização da vida económica, do desenvolvimento das novas tecnologias, se assiste hoje a uma recomposição dos estratos sociais da sociedade.

O impulso mobilizador e transformador já não está no operariado, mas na população urbana, já não está nas fábricas mas nas cidades, já não está no colectivo mas no individual.

A clivagem entre esquerda e direita já não se faz entre operariado e burguesia, entre trabalhadores e patronato, mas entre aqueles que adquiriram um nível de competências de educação e segurança, que lhes permite beneficiar da abertura internacional trazida pela globalização e daqueles que se sentem ameaçados pelos concorrentes estrangeiros, pelo fim do proteccionismo so-

cial, pela introdução de novas formas de organização económica, pela dissolução das fronteiras físicas dos Estados, pela instabilidade dos mecanismos de protecção do Estado-Providência.

Os excluídos serão em linguagem webberiana aqueles que são rejeitados por esse mundo aberto, competitivo, em mutação, e pelos que acima deles os rejeitam e os elegem como bodes expiatórios dos seus próprios medos e receios, trazidos pelas mudanças.

O que é afinal o socialismo, no final deste século?

É a luta do indivíduo contra o Estado e o seu controlo burocrático e massificador.

Daí que nos pareça fundamental, hoje mais do que ontem, relançar o debate político, devolvendo a palavra aos intelectuais que têm andado arredados e ausentes da discussão das linhas de rumo de um governo de esquerda para os problemas do século XXI.

Como afirmou Tony Blair é preciso acabar com os fantasmas de uma esquerda velha que se sobressalta com as exigências da modernidade e do individual. É preciso abrir o diálogo de ideias em todas as direcções. A política não diz só respeito aos partidos. A política exige a participação de todos nós no debater das questões públicas e da sociedade.

Cabe aos intelectuais orientar a reflexão e encontrar soluções novas para problemas novos. Aos socialistas e ao PS se exige a capacidade de viabilizar esse debate, sem preconceitos ou intenções apriorísticas e de contenção ou redução dos seus termos.

*Professor Universitário

HOMENAGEM

Mário de Araújo Torres*

UM JURISTA CHAMADO FRANCISCO SALGADO ZENHA

O Dia de Direito da Universidade do Minho celebrado no dia 16, assinalando a formação dos primeiros licenciados em direito, teve o seu ponto culminante na homenagem a Salgado Zenha, com a inauguração da biblioteca que ostenta o seu nome, integrada por valiosíssimo espólio bibliográfico e documental, com 23 mil espécies. Tive o privilégio, como presidente da primeira Direcção do Sindicato dos Delegados do Procurador da República, acompanhar a actividade de Salgado Zenha como ministro da Justiça, de 25/5/74 a 8/8/75, e de, quase 20 anos depois, em 3/5/93, assistir ao encontro que registou a sua última intervenção pública.

Tendo sofrido, pessoal e profissionalmente tratamentos injustos e atribulatórios dos tribunais, Salgado Zenha assumiu a pasta da Justiça com o reconhecimento que também «os magistrados sofreram na sua car-

ne os inúmeros sofrimentos e vexames da noite mais longa da nossa história», mas que, «honra lhes seja feita, a grande maioria soube resistir», por isso desde logo proclamou que a missão do seu ministério seria cumprida «sem retaliações nem vinganças, com a serena tranquilidade e vigilância que se impõem, no respeito das convicções e das crenças de todos, na garantia das liberdades cívicas para todos sem excepção dentro da lei, mas com firmeza e sem hesitações» (discurso na posse do cons. Pinheiro Farinha como procurador-geral da República.)

O labor legislativo de Salgado Zenha no que respeita à organização dos tribunais e ao estatuto das magistraturas, desde logo, na abertura às mulheres do acesso às magistraturas judicial e ao Ministério Público, assim pondo termo a uma «injustiça histórica» (DL nº 251/74, de 12/6), e na pronta adopção de medidas asseguradoras da

independência e dignificação do poder judicial, com a instituição da eleição pelos seus pares dos presidentes do STJ e das Relações (que integravam, por inerência, o Conselho Superior Judiciário, assim se dando o primeiro passo no sentido de um sistema de autogoverno mitigado da magistratura judicial), com a criação de comissões de reforma judiciária de carácter electivo, e com o reconhecimento aos magistrados do direito de associação para a defesa dos seus interesses próprios.

O «Plano de Acção do Ministério da Justiça», da sua autoria, aprovado em 20/9/74 é um documento notável de clarividência política, com rigoroso diagnóstico da situação existente e da clara definição dos objectivos a atingir, que dá a dimensão de estadista do autor, empenhado na construção, não de um «Estado de Direito formalista», mas de um verdadeiro «Estado de Justiça».

Para além do estadista, do político, do dirigente partidário, do lutador pela democracia, Salgado Zenha foi um eminente jurista. As suas *Notas sobre a Instrução Criminal* (Braga, 1968) é uma notável obra de investigação no domínio do direito processual penal. É, porém, nas peças processuais da sua autoria ou co-autoria (parte das quais é republicada nos *Textos Escolhidos*, que o espírito de António Cândido de Oliveira e a dedicação de Xencora Camotin agora organizaram) que se releva a dimensão do jurista, no completo domínio das questões debatidas, no rigor e clareza do raciocínio, na elegância enxuta do estilo, na forma convincente da argumentação. A divulgação de mais peças processuais da autoria de Zenha e a análise científica da sua retórica forense são desafios que ficam colocados à Escola de Direito da sua terra natal.

*Conselheiro do STA
In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Vídeo em Albufeira

Até ao dia 27 haverá sessões de vídeo no Auditório Municipal para jovens a partir dos 10 anos de idade, pelas 14 e 30.

A Galeria Municipal de Arte albergará, até ao dia 7 de Fevereiro, uma exposição de pintura de Paulo Mendes.

Simultaneamente estará patente no mesmlo local, a mostra do pintor algarvio Martins Leal.

Ambas as exposições poderão ser visitadas no horário normal de funcionamento da Galeria, de terça a sábado, entre as 14 e as 20 horas, ao domingo, entre as 15 e as 19 horas, encerrando à segunda-feira.

Luz e Sol em Cascais

A Câmara Municipal e o Planeta Maravilha promovem até ao dia 27 de Fevereiro um musical infantil intitulado «Uma Luz, Um Sol».

Este espectáculo, que aborda o tema dos direitos das crianças, decorre todos os sábados, às 16 horas, no Auditório do Parque de Palmela, com entrada de mil escudos.

Aos dias de semana realizam-se sessões especiais para as escolas (800 escudos), que deverão fazer marcação prévia pelo telemóvel 0936 973991.

Destaque-se que o Planeta Maravilha foi criado em Outubro de 1995 e é formado por actores, músicos e educadores, todos empenhados na produção de espectáculos educativos, que utilizam a magia do teatro na sensibilização dos temas essenciais para a informação das crianças.

Velharias em Coimbra

Amanhã assista à peça «Don Juan», de Molière, no Teatro Estúdio Bonifrates.

Se é apreciador de antiguidades, então saiba que a Feira das Velharias começa este sábado, dia 23, na Praça Velha.

A Sala da Cidade da Casa Municipal da Cultura tem patente ao público uma mostra de trabalhos do pintor Abel Salazar até ao dia 21 de Fevereiro.

Livros em Fafe

Amanhã, a partir das 21 e 30, realiza-se, na Casa Municipal da Cultura, a cerimónia de apresentação de duas publicações de poesia e uma de prosa.

Trata-se das obras poéticas «Um Silêncio Quase Humano» e «Proximidades Tardias», de António Teixeira e Castro (sobrinho) e de «António Saldanha – Lembrar um Homem», do jornalista fafense Teixeira e Castro.

Exposição em Ferreira do Alentejo

«Uma Chicotada no Vento» é o título genérico da exposição de Manuel da Fonseca

aberta ao público, no Espaço Museológico Municipal, até ao dia 26.

Rendas em Guimarães

«Vidas Diferentes», de Danny Boyle, é o filme a que poderá assistir se for hoje, às 21 e 45, ao Auditório da Universidade do Minho.

Para os mais pequeninos estará em exibição, amanhã, às 10 e 30, o vídeo «Bugs Bunny no Mundo dos Macacos», na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Raul Brandão.

As rendas de Maria Helena e Joaquina poderão ser apreciadas no Posto de Turismo de São Tiago, até ao dia 30.

Cinema em Lisboa

«Macbeth – Uma Tragédia Ibérica» é o nome da peça à qual poderá assistir se for ao Teatro da Trindade, de terça a sábado, até ao dia 30, pelas 21 e 30.

O Parque das Nações foi o local escolhido para a exibição da mostra «O Gosto do Chá», promovida pela Fundação Oriente.

A exposição, patente até ao dia 31, é composta por fotografias, desenhos e textos que explicam o ciclo vegetal da planta, como e onde é feito o seu cultivo, a apanha, a transformação e comércio, os vários tipos de chá, os bules chineses, os utensílios europeus e as cerimónias orientais. Começou já o ciclo de cinema do Forum Lisboa dedicado à «Opressão e Resistência», que exhibirá filmes sobre os referidos temas, todas as quintas-feiras, até ao dia 25 de Março.

«Michael Collins», «Rangoon», «Em Nome do Pai», «As Libertárias», «Amistad», «Kundun» e «Ay Carmela» são algumas das fitas que poderá ver e rever no âmbito desta iniciativa.

Todas as sessões de cinema têm início às 21 e 30 e a entrada custa 300 escudos.

Arte no Porto

As mostras de Ana Vieira, na Casa de Serralves, e de Luísa Cunha, na Capela da Fundação de Serralves, terminam no domingo, dia 24.

Ana Vieira (Coimbra, 1940) é uma artista cujos trabalhos se salientam particularmente no contexto da arte portuguesa das décadas de 60 e 70.

A presente exposição reúne um conjunto de obras históricas da artista.

Por seu turno, Luísa Cunha (Lisboa, 1953) tem vindo a apresentar, ao longo da década de 90, instalações sonoras em que o som, muitas vezes trabalhado em computador, espacializa frases e situações acústicas e visuais que incidem sobre a percepção e a comunicação com o espectador.

Brinquedos em Sintra

Um camião feito a partir de uma lata de conserva e bolas confeccionadas com folhas de bananeira são alguns dos brinquedos africanos expostos na galeria do Centro Lúdico de Rio de Mouro. Trata-se da mostra denominada «O Brinquedo da Criança Africana».

Conto em Valença

Hoje, leve os seus filhos à Biblioteca Municipal para assistirem ao vídeo infantil «Bugs Bunny, Caçador Trapalhão».

Para os apreciadores do cinema de acção e do actor Jean-Claude Van Damme será exibido, a partir de amanhã e até à próxima terça-feira, dia 26, o filme realizado por Peter MacDonald, «A Legião dos Duros», no Cine-Ibéria.

Na quarta-feira, dia 27, realiza-se a Feira Semanal de Valença e, na Biblioteca Municipal as crianças poderão desfrutar do conto «Dom Pimpom Saramacotão».

No Posto de Turismo municipal poderá apreciar uma mostra permanente de artesanato regional.

Por sua vez, a Sala de Exposições será o lugar indicado para uma visita à mostra de Levi Guerra, patente até ao final do mês.

Pintura em Vila real de Santo António

A mostra de pintura do artista Cláudio Mariani poderá ser visitada no Centro Cultural, até ao dia 6 de Fevereiro.

SUGESTÃO

FILHA DA FORTUNA

Os que ficaram fascinados com as aventuras e desventuras de «Eva Luna» ou com o carácter místico da Clara, em «A Casa dos Espíritos», têm razões para alegrar-se. É que a escritora chilena Isabel Allende, autora destas peças-chave da literatura latino-americana, editará um novo livro no final do mês.

«Filha da Fortuna» é uma novela histórica situada no século XIX, quando a febre do ouro levou muitos chilenos para terras californianas.

A narrativa decorre num período de dez anos (1843-53) e a protagonista, Eliza Sommers, é filha adoptiva de uma família inglesa abastada que vive na cidade chilena de Valparaíso.

A nova novela da sobrinha do ex-presidente chileno Salvador Allende fala de amor, família, culinária ao longo das suas quase 500 páginas também condimentadas com elementos fantásticos e cenas de magia branca, velas e santos.

Isabel Allende, 56 anos, que reside na cidade de Caracas, Venezuela, desde a subida ao poder de Pinochet, levou sete meses a trabalhar no livro «Filha da Fortuna», com uma média de 12 horas por dia, num verdadeiro esforço de documentação histórica sobre o século XXI.

Entre as suas obras mais conhecidas contam-se, para além das já citadas, «De Amor e de Sombra» e «O Plano Infinito».

Boa leitura!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Variante

*Ai!, a noite é amiga!
Ai!, a noite é boa!
Com sombras castiga,
com luzes perdoa.*

Alberto de Serpa
In «Rua», Ed. Inquérito

Bailado

*Seis Danças
Queens / Black Milk
Nova Criação*

21 e 22 de Janeiro - 21h30
23 de Janeiro - 16h e 21h30
Grande Auditório Gulbenkian - Lisboa



A HIPOCRISIA TEM LIMITES !!!

Todos conhecem (e sofrem) a caótica situação ambiental do País, herdada da inércia dos governos cavaquistas.

No que diz respeito à reciclagem e eliminação dos resíduos industriais tóxicos a situação que foi deixada ao actual governo é verdadeiramente lastimosa.

O País era, até há pouco anos, uma verdadeira lixeira a céu aberto onde se misturavam resíduos domésticos com resíduos industriais perigosos.

As empresas, as comunidades e as próprias autarquias (por ausência de alternativas) contribuíam naturalmente para esta situação.

Após a posse do actual governo iniciou-se um processo de requalificação ambiental de grande fôlego e importância.

É preciso e justo recordar aqui o papel precursor fundamental do então Secretário de Estado do Ambiente, José Socrates, que se orientou no sentido de encontrar uma solução estrutural para este grave problema.

Foram duas as linhas-mestras da sua intervenção.

Por um lado, procedeu-se, em diálogo com as populações e comunidades, à selagem das lixeiras existentes e posterior escolha

dos locais para os futuros aterros sanitários, bem como das unidades destinadas à combustão dos resíduos mais perigosos.

Por outro lado, iniciou-se o processo de inventariação dos resíduos perigosos e das soluções menos custosas, numa óptica de balanço social, para a sua progressiva eliminação.

É a concretização deste processo que está, neste momento, no cerne da discussão pública.

Responsável pela política governamental definida desde o início, a Ministra do Ambiente – Elisa Ferreira – optou, agora, por uma solução de co-incineração dos resíduos industriais tóxicos e decidiu contratualizar com as cimenteiras de Sousaelas e de Maceira e respectiva eliminação.

Tudo claro, tudo transparente e, sobretudo, tudo natural e previsível.

De resto, a maioria das organizações ambientais que agora se viraram contra a decisão do governo começaram por apoiar as soluções de co-incineração.

Soluções que são hoje as dominantes na Europa, e só se discutem na exacta medida em que os poderosos «lobbies» da indústria construtora de unidades de incineração se movimentam.

De resto, escolher esta solução é não abdicar do direito de um dia poder ter um país liberto de resíduos industriais através do seu tratamento directamente junto da fonte produtora.

É, em suma, uma solução exigente e ao serviço das populações, até porque vai induzir necessariamente a requalificação de uma das fontes poluidoras mais importantes do país que é a indústria cimenteira.

A questão fica pois reduzida à escolha das cidades para o tratamento e à sua histórica localização (Maceira e Sousaelas).

Aceita-se a reacção das populações, compreende-se a necessidade de um amplo e profundo diálogo e esclarecimento e, sobretudo, reconhece-se a imperatividade de oferecer garantias e definir esquemas de prevenção e segurança.

Contudo, o que é intolerável, é a utilização de preocupações legítimas das populações como arma de arremesso político contra o actual governo.

Quem o faz e, sobretudo quem o faz com a hipocrisia de ter sido o responsável pela situação existente, (o PSD), e não apresenta quaisquer alternativas viáveis e compreensíveis, para o problema, não merece a compreensão e o respeito do povo português.

«A decisão da co-incineração foi tomada em 1997, com o apoio de toda a oposição.»

Elisa Ferreira
Jornal de Notícias, 14 de Janeiro

«A co-incineração é hoje feita de forma clandestina em padarias.»

Idem, ibidem

«Alguém conhece um concelho do País cuja população e autoridades estejam dispostas a aceitar, tranquilamente e através do diálogo, a queima de resíduos tóxicos?»

Miguel Sousa Tavares
Público, 15 de Janeiro

«A agitação de Carlos Pimenta contra a incineração dos lixos tóxicos nas cimenteiras parece-me pouco fundamentada quanto às razões, populista e demagógica quanto à forma e ao "timing".»

Idem, ibidem

«Portugal é indubitavelmente o país da União Europeia com mais elevados honorários na medicina privada (números oficiais da OCDE), o que, tendo em conta o poder de compra relativo, é um verdadeiro escândalo.»

Vital Moreira
Público, 19 de Janeiro

«A relação do "Expresso" com a SIC é tumultuosa.»

José António Saraiva
director do «Expresso»
Público, 17 de Janeiro



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.	
Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Maria João Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz